

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O PAPEL DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO
TRABALHO SOB A ÓTICA DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA**

CAMILA GASPARETTO DA SILVA

Florianópolis (SC), Dezembro de 2010.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O PAPEL DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO
TRABALHO SOB A ÓTICA DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado

Por: Camila Gasparetto da Silva

Orientador: _____
Profº Dr. Nildo Domingos Ouriques

Florianópolis (SC), Dezembro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONOMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 à aluna Camila Gasparetto da Silva na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Nildo Domingos Ouriques
Orientador

Prof^o. Israel Montesuma Oliveira
Membro

Prof^o. Luiz Mateus da Silva Ferreira
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Universidade Federal de Santa Catarina, abrangendo assim todos os docentes, discentes e funcionários por me possibilitar o ensino em nível superior, tendo uma estrutura de ensino de qualidade a qual me proporcionou nesses últimos anos um horizonte de conhecimento.

A minha família, pelo apoio, compreensão e incentivo em almejar um futuro melhor. A minha mãe Maria Isabel, pelo exemplo de coragem e força, que me inspirou nas horas mais difíceis; ao meu pai Natalino, pelo exemplo de homem trabalhador; a minha irmã Patrícia, pelo abrigo, colo e incentivo durante a minha graduação e ao meu irmão Pedro Henrique, pelas horas de felicidade e alegria e pelo estímulo a sonhar cada vez mais num futuro melhor para a nossa família.

As minhas colegas de curso, Carine, Débora, Juliana e Vera, pelo companheirismo, amizade e compreensão. O sucesso de meu curso deve-se em boa parte pela ajuda de vocês.

A turma da Fundação José Arthur Boiteux, pela paciência dispensada nas horas de difíceis, pelo ambiente agradável de trabalho que possibilita bons momentos de estudo e pelo constante conhecimento adquirido em todos os momentos de interação.

Aos meus amigos, Débora, Felipe, Patrícia e Prof^o Cancellier pela ajuda e dedicação na construção deste trabalho.

Ao meu orientador Prof^o Nildo, pela possibilidade de crescimento intelectual devido aos momentos de convivência que me instigavam a estudar cada vez mais.

E ao meu companheiro e melhor amigo Felipe, por estar ao meu lado nos momentos difíceis e felizes, por não me deixar fraquejar, por me dar apoio e segurança e me estimular na busca constante de conhecimento.

RESUMO

SILVA, Camila Gasparetto da. **O papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência**. Florianópolis, 2010. 81 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Este trabalho tem por objetivo verificar como as características históricas do processo de formação sócio-econômico brasileiro impõem ao país uma condição de subdesenvolvimento e dependência, condição esta, que se expressa na Divisão Internacional do Trabalho. A pesquisa foi guiada através da metodologia chamada de dialética materialista e o arcabouço teórico que pautou o estudo foi a Teoria Marxista da Dependência, sendo estes descritos no segundo capítulo. Num terceiro momento, realizou-se um resgate histórico da Divisão Internacional do Trabalho, dando ênfase ao Brasil, partindo dos seus ciclos econômicos do período colonial, passando pela industrialização e chegando a atual posição do país no comércio mundial. Neste resgate histórico, observam-se os papéis do país no comércio capitalista mundial, inicialmente como fornecedor de matérias-primas, gêneros alimentícios e metais preciosos; posteriormente, competem à indústria brasileira etapas inferiores da produção industrial, como a produção de semimanufaturas e manufaturas e atualmente o comércio exterior brasileiro voltou ao seu antigo papel de fornecedor de bens primários ao mercado capitalista. Por meio deste estudo, conclui-se que as características históricas que condicionam a dependência e o subdesenvolvimento do país se perpetuam no decorrer da história econômica e social do Brasil e que a característica principal de superexploração da força-de-trabalho como fonte de auferir lucros para os capitalistas se mantém e se recria desde o período colonial até os dias atuais.

Palavras-chave: Divisão Internacional do Trabalho, Teoria Marxista da Dependência e superexploração da força-de-trabalho.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportações Brasileiras por fator agregado – 1964 a 1979	65
Tabela 2 – Exportações Brasileiras por fator agregado – 1980 a 2000	71
Tabela 3 – Exportações Brasileiras - % por segmentos – 2000 a 2008.....	72
Tabela 4 – Exportações Brasileiras por fator agregado – 2000 a 2009	73

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Tema e Problema	8
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 Justificativa.....	10
1.4 Metodologia.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 A Divisão Internacional do Trabalho	15
2.2 A Teoria Marxista da Dependência	18
3 A AMÉRICA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	32
4 DO PAU-BRASIL À PRODUÇÃO DO CAFÉ: O BRASIL E SEU PAPEL DE FORNECEDOR DE PRODUTOS PRIMÁRIOS.....	40
5 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: UM NOVO PAPEL PARA O BRASIL.....	49
5.1 A Política de Substituição de Importações	49
5.2 A Política de Substituição de Exportações	57
5.3 Comparativo dos dois modelos de desenvolvimento industrial: um novo papel na DIT ...	64
6 A ATUAL POSIÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: A VOLTA AO ANTIGO PAPEL DE FORNECEDOR DE BENS PRIMÁRIOS.....	68
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	79

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema

A Teoria Marxista da Dependência constitui-se de uma análise do desenvolvimento sócio-econômico dos países periféricos, analisando suas características de subdesenvolvimento e dependência que estão ancorados em uma estrutura de dominação e na exploração da força de trabalho.

O subdesenvolvimento dos países periféricos é compreendido como um produto das características e estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Através de uma pesquisa histórica se verifica que o subdesenvolvimento é oriundo das relações econômicas entre os satélites subdesenvolvidos e os países centrais.

Neste contexto sabe-se que a dependência da América Latina é proveniente do período colonial, no qual as colônias, produtoras de metais preciosos e produtos primários para a exportação, estão diretamente ligadas, num primeiro momento às metrópoles portuguesa e espanhola, e posteriormente à metrópole inglesa, contribuindo para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento, sobretudo diante da metrópole inglesa. Sendo que, os meios de pagamento eram propulsores do desenvolvimento do capital comercial e bancário da Europa, que sustentavam o sistema manufatureiro europeu e abriam caminho para a criação da grande indústria.

Com a criação da grande indústria, por volta do início do século XIX, os países da América Latina constituem um grupo de países voltados ao comércio, principalmente com a Inglaterra. É neste ponto do desenvolvimento do capitalismo que se estabelece a divisão internacional do trabalho, configurando-se a dependência com relações de subordinação, na qual as produções são modificadas ou recriadas para assegurar essa condição (MARINI, 2000).

Diante dessas novas relações comerciais, os países centrais demandavam alimentos e matérias-primas dos países da América Latina para abastecer a grande indústria. Na verdade, o capitalismo na América Latina se configura como um modo de produção fundado na maior

exploração do trabalhador, através da produção em grande escala de alimentos e matérias-primas para abastecer os países centrais, e não do desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Esta característica é descrita como superexploração do trabalho, elemento essencial da condição de dependência dos países latino-americanos (MARINI, 2000).

A condição de dependência por meio da superexploração do trabalho não se modifica com a mudança do eixo de acumulação da produção primária para a indústria nesses países. A produção industrial latino-americana é independente das condições de salários dos seus trabalhadores. Com as políticas dos países latino-americanos de substituições de importações, surgem nessas regiões bases industriais periféricas com possibilidades atraentes de lucros.

Desta forma, a industrialização latino-americana corresponde a uma nova divisão internacional do trabalho, na qual competem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial, reservando aos países centrais etapas mais avançadas do processo produtivo e o monopólio da tecnologia.

Reafirmando estas concepções, André Gunder Frank (1977) observa que o processo de acumulação irregular e desigual entre os países periféricos e os países centrais, foi causa e consequência de uma crescente diferenciação das forças produtivas e das relações de produção, gerando assim uma diversidade dos interesses das diversas classes existentes no capitalismo. Esta irregularidade e desigualdade do processo de acumulação, juntamente com esta diversidade de interesses das classes resultam na atual divisão internacional do trabalho.

Portanto, as condições impostas aos países periféricos de dominação são provenientes de características históricas e hoje se expressam por meio da divisão internacional do trabalho como forma de superexploração da classe trabalhadora dos países latino-americanos.

É neste contexto analítico que se pretende situar o Brasil, realizando um resgate histórico, observando o processo da formação sócio-econômico e principalmente, descrever as características históricas que lhe atribuem uma condição de dominação, ou seja, condição de dependência e subdesenvolvimento, que se expressa através do “papel do Brasil na divisão internacional do trabalho”.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar como as características históricas do processo de formação sócio-econômico brasileiro impõem ao país uma condição de subdesenvolvimento e dependência, condição esta, que se expressa através do seu papel na Divisão Internacional do Trabalho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- i. Apresentar o debate da Teoria Marxista da Dependência, o qual discute a Divisão Internacional do Trabalho;
- ii. Realizar um resgate histórico do processo de formação da Divisão Internacional do Trabalho, destacando o Brasil;
- iii. Observar como a característica de superexploração dos trabalhadores na economia brasileira condiciona o papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho em seus diversos ciclos econômicos;
- iv. Verificar a atual posição do Brasil na Divisão Internacional do trabalho e suas implicações na força-de-trabalho.

1.3 Justificativa

A análise do papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, bem como das características históricas que estabelecem esta posição, contribui para uma adequada análise das condições de subdesenvolvimento e dependência do país. Esta análise é de grande importância, na medida em que, o período atual é de mudanças intrínsecas do modo de

produção capitalista, no qual vivencia-se os reflexos de uma crise financeira internacional, que poderá modificar a estrutura do modo de produção vigente.

Neste contexto, a identificação de alternativas para amenizar as características de subdesenvolvimento e dependência pode ser de grande valia para o desenvolvimento dos países periféricos, pois estes poderão aproveitar esta conjuntura econômica, em que as economias centrais passam por diversas instabilidades, para modificar as relações de dominação.

Desta forma, em especial para o Brasil, em um período no qual o país vivencia conquistas de espaços político-econômicos no cenário internacional e que para muitos estudiosos o país alterou “seu lugar no mundo” (SADER, 2010). Estudar o papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho pode possibilitar ações que revertam estas características positivas, em benefício da população.

1.4 Metodologia

O objetivo do presente trabalho é explorar a relação Brasil e a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) ¹. O procedimento a ser utilizado para exploração do referido assunto é a pesquisa em materiais bibliográficos, principalmente livros, artigos e demais materiais divulgados pelos estudiosos da Teoria Marxista da Dependência e demais pesquisadores da DIT. A abordagem do problema será de aspecto qualitativo, sendo que o método a ser utilizado será o da dialética materialista.

A dialética materialista é um método de pesquisa, avaliação e apresentação de conhecimentos que segue o princípio do estudo da totalidade dos acontecimentos para a real compreensão dos fatos analisados. Para melhor compreensão deste método é necessário descrever alguns aspectos importantes da dialética materialista para o posterior estudo da DIT.

O filósofo Karel Kosik (1976, pag. 32), define a dialética materialista como “o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da

¹ A partir desse ponto, designaremos Divisão Internacional do Trabalho por DIT, como forma de se ter uma maior fluência na leitura.

explicação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”.

Para o método da dialética materialista, a simples observação da realidade para a formação do conhecimento, não demonstra os fenômenos como eles realmente são. É necessário observá-la em sua totalidade para desvendar a sua essência. Para Kosik o método mais adequado para alcançar este conhecimento através da diferenciação da aparência e da essência do fenômeno, ou seja, do concreto para o abstrato, ocorre através da “separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna” (KOSIK, 1976, p. 14).

Porém, a decomposição do fenômeno, separando o secundário do essencial, não significa que o conhecimento ocorrerá através da análise de algumas partes do fenômeno. Por intermédio deste método, o conhecimento é alcançado analisando a totalidade na qual o fenômeno faz parte: consideram-se todos os aspectos do fenômeno e seleciona-se o essencial (as categorias principais), para posteriormente alcançar a sua essência.

Para Kosik “o todo não é a soma das partes e sim um espiral” (KOSIK, 1976, p. 42), no qual os diversos fenômenos sociais se complementam, ocorrendo uma evolução das partes juntas, formando assim a totalidade. Este mesmo autor descreve que a “totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer [...] pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p. 36).

Desta forma, Kosik sintetiza da seguinte maneira este método de conhecimento:

O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. [...] A ascensão do abstrato para o concreto é um movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões (KOSIK, 1976, p. 30).

Karl Marx utiliza-se deste método de interpretação da realidade, em seu texto “O método da Economia Política”. Ele descreve que a partir das categorias mais simples, “relações gerais abstratas” (MARX, 2007, p. 256), tais como o capital, o trabalho assalariado, a propriedade, por exemplo, se torna possível analisar as formas concretas como a população, o Estado, o comércio exterior, o mercado mundial, entre outros. Marx (2007, p. 256 e 257) relata que “o concreto é concreto, por que é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como

resultado, não como ponto de partida”. Porém, as categorias selecionadas, tanto as simples como as mais concretas devem ser situadas em seu contexto histórico, pois estas categorias possuem características diferenciadas em cada momento histórico.

De acordo com o descrito anteriormente, Marx (2007, p. 266) resume as etapas ou divisões de sua metodologia:

- 1° - as determinações gerais e abstratas, que pertencem mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas no sentido exposto anteriormente;
- 2° - as categorias que constituem a organização interior da sociedade burguesa, sobre as quais repousam as classes fundamentais. Capital. Trabalho Assalariado, propriedade rural. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas, circulação. Crédito (privado);
- 3° - a sociedade burguesa compreendida sob a forma de Estado. O Estado em si. As classes improdutivas. Impostos. Dívidas do Estado. O crédito público. A população. As colônias. Emigração;
- 4° - relações internacionais da produção. Divisão Internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e Importação. Curso de Câmbio;
- 5° - o mercado mundial e as crises.

Entretanto, para selecionarmos com maior precisão as categorias essenciais - as determinações gerais e abstratas - precisamos de um conhecimento prévio do todo, ou do concreto, por isso Marx denomina o concreto como “o verdadeiro ponto de partida” (MARX, 2007, p. 257). É a partir desta concepção que Mandel (1982, p. 9 e 10) resume as articulações do método dialético de Marx:

- 1) Assimilação pormenorizada do material empírico e domínio desse material (aparências superficiais) em todo o seu detalhe historicamente relevantes.
- 2) Divisão analítica desse material segundo seus elementos abstratos constituintes (progressão do concreto ao abstrato).
- 3) Exploração das conexões gerais decisivas entre esses elementos, que explicam as leis abstratas de movimento do material – a sua essência, em outras palavras.
- 4) Descoberta dos elos intermediários fundamentais, que efetuam a mediação entre a essência e a aparência superficial da matéria [...].
- 5) Verificação empírica prática da análise (2,3,4) no movimento em curso da história concreta.
- 6) Descoberta de dados novos, empiricamente relevantes [...]

Tendo como referência estas observações podemos descrever a metodologia deste trabalho. Os próximos capítulos se constituem de um resgate histórico da formação da DIT, com o objetivo de obter um conhecimento inicial da totalidade desta formação, ou seja, buscar-se-á o domínio das aparências superficiais. Logo em seguida, este resgate se estenderá para a formação histórica do Brasil e sua participação no desenvolvimento da DIT.

No desenvolver dessa assimilação da totalidade, ocorrerá um levantamento dos elementos abstratos contidos na formação da DIT, buscando alcançar a progressão do concreto para o abstrato, ou seja, da DIT para as características condicionantes da posição de

cada país nesta totalidade. Este levantamento estará ancorado no referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência, a qual auxiliará no desmembramento do concreto para alcançar a essência e a descoberta dos elos intermediários que unem esses elementos.

E por fim, será realizada uma análise empírica de como as características históricas (elementos abstratos, essência) refletem-se na configuração da DIT (concreto) na atualidade do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro e como as características identificadas em todo o resgate histórico, ainda prevalecem e são condicionantes do desenvolvimento econômico do país e em sua posição na DIT.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Divisão Internacional do Trabalho

Para alcançar o objetivo principal deste trabalho, que é situar o Brasil na totalidade da DIT, é necessário compreender o que esta denominação significa no Modo de Produção Capitalista. Para esta compreensão, adota-se o conceito de DIT de Nikolai Bukharin (1984).

Este conceito parte do princípio, que da mesma forma que uma economia nacional é formada por várias empresas individuais, a economia mundial é formada por diversas economias nacionais compondo diversas partes concorrentes. Uma economia nacional é formada pela produção de bens materiais destinadas ao consumo social, ou seja, as mercadorias que são trocadas pelos diversos membros da sociedade, expressando assim a divisão social do trabalho². A divisão social do trabalho apresenta-se em todos os setores produtivos da economia de um país, na agricultura, na indústria e nos serviços. Entretanto, além da esfera nacional, esta divisão na produção econômica de um país se reflete na economia mundial, formando assim a divisão social do trabalho na esfera mundial denominada como DIT.

Para Bukharin, as condições da DIT se expressam em duas formas de trocas entre os países. A primeira forma demonstra que os países trocam mercadorias que não são produzidos internamente, devido a condições naturais de produção, como condições climáticas e agrícolas. A segunda forma, identificada como condições sociais, é proveniente do desenvolvimento das forças produtiva, este tipo de troca ocorre quando os países não possuem capacidade de produção interna de determinada mercadoria (BUKHARIN, 1984). Este autor também observa que com o desenvolvimento do comércio entre os países, as condições naturais perdem importância, na medida em que se apresentam como condições constantes, e as condições sociais ganham importância, pois são variáveis, devido ao desenvolvimento

² Divisão social do trabalho é definida por Marx como “a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade” (MARX, 2005, p. 406). Marx descreve também que, “divisão social do trabalho se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos e trabalho [...]. Cada produto de mercadoria deve produzir um valor-de-uso, isto é, satisfazer uma particular necessidade social” (MARX, 2005, p. 410).

desigual das forças produtivas nos diferentes países, criando diferentes esferas entre os países e ampliando, desta forma, a DIT.

Portanto, Bukharin (1984, p. 21 e 22) apresenta a seguinte conclusão sobre as relações entre os países na DIT:

O trabalho social do mundo, em seu conjunto, está dividido entre países. O trabalho de cada país em particular torna-se parte do conjunto do trabalho social por meio da troca que se realiza no plano mundial. Essa interdependência dos países no terreno da troca não é absolutamente casual, ela é a condição necessária da evolução social ulterior, mediante a qual a troca internacional se torna um fenômeno regular da vida social econômica.

Como descrito anteriormente, no comércio internacional os países não trocam somente mercadorias de natureza diferente. O intercâmbio pode ocorrer também com produtos similares, os quais a produção interna de determinado país não é suficiente para a demanda de sua população. Desta forma, surge no comércio internacional uma concorrência entre países da mesma mercadoria. Os preços das mercadorias estabelecidos por esta concorrência são determinados pelos custos de produção de cada país, sendo que o principal deles é o custo da mão-de-obra, ou seja, o trabalho socialmente necessário para reproduzir a vida dos trabalhadores.

A partir desta observação podemos constatar que as relações de mercado refletem as relações de produção, na qual a relação de troca contém o trabalho social do trabalhador. Por fim, Bukharin define economia mundial “como um sistema de relações de produção e de relações correspondentes de troca, que abarcam o mundo em sua totalidade” (BUKHARIN, 1984, p. 24).

Analisando a história econômica mundial, verifica-se que o comércio internacional é de longa data, podendo-se citar como exemplos deste fato histórico eventos como o comércio estabelecido pelo Grande Império Romano, as Grandes Feiras de Champagne e as Cruzadas, que além de seu objetivo religioso, levavam consigo um grande número de comerciantes, estabelecendo assim, um comércio entre dois continentes.

A história registra também o comércio efetivado pelos Países Baixos através do Mediterrâneo; as cidades italianas de Veneza e Gênova, que por meio da dominação marítima organizaram um comércio entre diversos países; o comércio Português com as Índias e com a África, entre outros. Porém, somente com a exploração dos territórios americanos, ou seja, a expansão comercial européia, que se efetivou a DIT, pois o comércio internacional estabelecido a partir daí, configurou uma especialização dos papéis de cada território na produção mundial capitalista e nas trocas internacionais, determinando os países que seriam

responsáveis no comércio internacional pela produção de mercadorias mais elaboradas, os países responsáveis pela produção de matérias-primas e até mesmo os territórios responsáveis pelo fornecimento de mão-de-obra.

Reafirmando a constatação acima, que a exploração comercial dos territórios americanos foi o princípio da produção mundial capitalista, Karl Marx (2005, p. 864) faz a seguinte descrição:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista.

Estes acontecimentos, além de marcarem o princípio da produção capitalista, representam a efetivação da DIT e junto desta, todas as suas implicações ao comércio internacional e ao desenvolvimento das economias nacionais. As implicações oriundas da DIT são observadas pelos autores Orlando Caputo e Roberto Pizarro, na obra “Dependência e Relações Internacionais”.

Tais autores assim compreendem o surgimento da economia mundial:

Como o resultado do desenvolvimento do capitalismo em alguns países do sistema, em que o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento setorial desigual geraram a necessidade de expansão econômica fora de suas fronteiras nacionais. Assim, então, se constitui uma economia mundial capitalista que configura os marcos possíveis do desenvolvimento dos países que formam parte dela [...]. A economia mundial, pressupõe um desenvolvimento elevado do intercâmbio entre países. Este intercâmbio se reflete, e se desenvolve com ele, na divisão social internacional do trabalho, que não é se não a divisão entre as distintas unidades produtivas na produção de bens destinados a troca (CAPUTO; PIZARRO, 1982, p. 186 e 187, tradução livre).

Portanto, podemos concluir que o conceito da DIT reflete o desenvolvimento das forças produtivas nos diversos territórios do mundo capitalista, estabelecendo o papel da produção de cada país nos intercâmbios do mercado mundial e determinando as mercadorias que serão produzidas em cada território e que posteriormente serão intercambiadas pela economia capitalista mundial.

2.2 A Teoria Marxista da Dependência

Com o mesmo intuito de situar o Brasil na DIT, porém agora buscando as características condicionantes da DIT será realizado um resgate das formulações dos estudiosos da chamada Teoria Marxista da Dependência, que tem como um dos representantes Rui Mauro Marini. A Teoria Marxista da Dependência analisa o desenvolvimento sócio-econômico dos países periféricos e suas relações com o mercado capitalista mundial, sendo que esta análise do desenvolvimento interno e das relações comerciais reflete a característica de subdesenvolvimento desses países.

Inicialmente é necessário compreender a procedência do subdesenvolvimento dos países latino-americanos. O autor Andre Gunder Frank observa que o subdesenvolvimento é compreendido como um produto das características e estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais de cada território. Para esse autor, “o subdesenvolvimento [...] é em grande parte produto histórico das relações econômicas, passadas e presentes, entre satélites subdesenvolvidos e os países metropolitanos atualmente desenvolvidos” (FRANK, 1973, p. 26).

Verifica-se, portanto, que o subdesenvolvimento é uma condição imposta desde o período colonial desses países, sendo que as colônias representam um elemento essencial da estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista. Estas relações entre as metrópoles e as colônias, penetram a estrutura interna econômica, política e social dos países da América Latina e se mantêm até a atualidade. Posterior a estas observações, Gunder Frank (1973, p. 31) conclui:

O subdesenvolvimento não é devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à escassez de capital em regiões que permanecem isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é ainda gerado pelo mesmo processo histórico que gerou também o desenvolvimento econômico [...] dentro da estrutura metrópole-satélite que abarca o mundo capitalista, as metrópoles tendem a desenvolver-se e os satélites a subdesenvolver-se.

Sobre as relações entre as metrópoles e os países periféricos, Caputo e Pizarro, utilizando de outra denominação, observam:

O concreto é que o desenvolvimento do sistema capitalista gera um processo de integração, cada vez mais sólido, que faz perder sentido a percepção de países como unidades econômicas separadas e estrutura um sistema de relações internacionais que define um determinado marco estrutural, da qual os países dependentes formam

parte, porém tem suas economias condicionadas e somadas aos centros dominantes (CAPUTO; PIZARRO, 1982, p. 45, tradução livre).

Portanto, verifica-se que as condições de desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países são características intrínsecas do modo de produção capitalista. As condições desiguais entre os diversos países no desenvolvimento capitalista são indispensáveis para a sobrevivência do sistema, pois somente com a desigualdade que o capitalismo consegue se reproduzir.

Nos países subdesenvolvidos, o processo de acumulação primária de capital, ou seja, o colonialismo, não determinou a evolução desses países para o modo de produção capitalista, como aconteceu com os países desenvolvidos, e sim a exportação de capitais dos países metropolitanos para as suas colônias. Porém, estes capitais eram investidos na produção de mercadorias que iriam complementar as necessidades dos mercados internos dos países metropolitanos. Está influência dos países metropolitanos sobre os países subdesenvolvidos sufocou o desenvolvimento econômico desses países, de três maneiras: absorveu os recursos locais disponíveis para a acumulação primitiva de capital através da expropriação do produto social excedente local, ou seja, os lucros da produção voltavam para o país metropolitano em vez de ficarem disponíveis para a acumulação nacional de capital a exemplo do que ocorria nos países metropolitanos; em segundo, concentrou os recursos remanescentes nos setores que se tornariam característicos do subdesenvolvimento (comércio externo, serviço de influência para firmas imperialistas, especulação com terras e a construção imobiliária, usura, entre outras) e por fim, restringiu a acumulação primitiva de capital, ao consolidar as velhas classes dominantes em suas posições nas regiões rurais e conservar parte significativa da população rural fora da esfera da produção e da economia monetária (MANDEL, 1982).

O capital investido nos processos de acumulação de capital, por parte dos países metropolitanos nos países subdesenvolvidos resultou em um desenvolvimento econômico dos países latino-americanos que os tornaram peças complementares do desenvolvimento dos países metropolitanos. Este papel de peça complementar determinava que esses países deveriam concentrar seus esforços na produção de matérias-primas vegetais e minerais. Desta forma, o crescimento de um excedente de capital nos países metropolitanos, somado a procura de elevadas taxas de lucros e matérias-primas mais baratas formam um complexo integrado do modo de produção capitalista refletindo-se no comércio internacional (MANDEL, 1982).

A busca de matérias-primas [...] corresponde à lógica interna do modo de produção capitalista, que conduz, mediante o aumento da produtividade do trabalho, a um crescimento regular na massa de mercadorias que podem ser produzidas por uma

quantidade determinada de máquinas e trabalho. Isso, por sua vez, resulta numa tendência à queda na participação do capital fixo constante e do variável no valor médio da mercadoria, isto é, a uma tendência ao aumento na participação dos custos de matérias-primas na produção da mercadoria média (MANDEL, 1982, p. 38).

Portanto, é este aumento na participação das matérias-primas no valor das mercadorias que estimulava a busca por novas fontes e pela produção por meios primitivos nos países da América Latina. Desta forma, verifica-se a razão da intervenção direta do capital dos países metropolitanos no processo de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos. Tal intervenção foi determinada no sentido de organizar a produção de matérias-primas em larga escala para o mercado mundial. Esta produção de matérias-primas apresentou-se em condições sócio-econômicas específicas, pois “o enorme volume de força de trabalho a baixo preço, tornou não lucrativo o emprego de capital fixo em grande escala: a máquina moderna não podia competir com esse trabalho barato” (MANDEL, 1982, p. 39).

A exportação de capital para os países subdesenvolvidos, organizando nesses uma produção capitalista de matérias-primas, gerou uma diferença quantitativa na acumulação de capital e no nível de produtividade entre os países metropolitanos e os países subdesenvolvidos que se transformou em diferença qualitativa, tornando-os atrasados e dependentes. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação de capital sufocou o processo de acumulação primitiva nesses países, gerando uma defasagem industrial entre os metropolitanos e os dependentes. A produção de matérias-primas, que era pré-industrial ou rudimentarmente industrial, aliado aos baixos custos da força de trabalho desestimulavam a modernização da maquinaria, agravando as diferenças entre nível de produtividade (MANDEL, 1982).

A produção de metais preciosos, gêneros exóticos e alimentícios dos países da América Latina contribuíram para o aumento do fluxo comercial entre o novo mundo e o mercado europeu e a expansão dos meios de pagamentos, permitindo o desenvolvimento do capital comercial e bancário europeus. Este capital, fruto do novo comércio entre a América e a Europa, abasteceu o sistema manufatureiro inglês e como consequência acelerou o estabelecimento da grande indústria. Simultaneamente à revolução industrial na Europa, na América Latina ocorreram independências políticas, nas primeiras décadas do século XIX, que fizeram surgir países vinculados economicamente a Inglaterra. Como consequência deste atrelamento, o fluxo de mercadorias e capitais aumenta, pois os países americanos começam a produzir e a exportar mercadorias primárias e a importar manufaturas para o abastecimento dos seus mercados internos. Este comércio, inicialmente apresenta-se deficitário na Balança Comercial dos países latino-americanos, sendo que os empréstimos externos são destinados a

sustentar a capacidade de importação desses países; porém, com o passar do tempo os produtos primários ganham mais espaço nos intercâmbios mundiais, tornando o comércio externo superavitário dos países latino-americanos, por consequência os saldos positivos são transferidos para as metrópoles como forma de lucros.

A partir, destas observações Rui Mauro Marini (2000, p.109), conclui:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.

O desenvolvimento da indústria britânica foi possível devido à disponibilidade de bens agrícolas provenientes dos países da América Latina, pois desta forma a população inglesa não priorizava a produção de gêneros de subsistência e se especializava na produção industrial. Esta escolha era determinada, em grande parte, devido à elevada renda da terra na Europa, fato que tornava mais lucrativo o investimento na indústria do que na agricultura. Desta forma, além de fornecedores de alimentos, os países da América Latina, passaram a fornecer matérias-primas demandadas pela indústria européia, como o algodão.

Com o papel de fornecedores de gêneros alimentícios e matérias-primas a América Latina contribui “para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa³, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2000, p. 112 e 113). Este papel dos países da América Latina na DIT como fornecedores de gêneros alimentícios para a classe operária inglesa, juntamente com a depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial, reduz o valor real da força de trabalho nos países industrializados e permite que o incremento da produtividade se traduza em cotas de mais-valia relativa cada vez mais elevadas (MARINI, 2000).

³ Rui Mauro Marini (2000, p. 114 e 115), observa que está mais-valia relativa não é o aumento da produtividade dos trabalhadores em si, e sim o maior grau de exploração do trabalho (relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário), modificando a cota da mais-valia. “Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir em bens necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, em bens-salário. A mais valia relativa está ligada indissolavelmente, então, à desvalorização dos bens-salário, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho”.

Porém, existe uma contradição neste processo, pois na medida em que aumenta a produtividade aumenta também o consumo de matérias-primas. Neste cenário de aumento da produtividade, juntamente com um aumento da mais-valia relativa, verifica-se uma diminuição do valor do capital variável em relação ao capital constante. Como é da mais-valia que sairá uma parcela para reinvestimento na produção e outra para o lucro e que a cota de lucro “não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total de capital avançado no processo de produção⁴” (MARINI, 2000, p. 116), o resultado da mais-valia cai, sempre que o capital constante aumenta em relação ao capital variável, ou seja, a cota de lucro diminui.

Como forma de superar esta contradição, utilizam-se procedimentos que se orientam no sentido de aumentar a mais-valia para compensar a queda na cota de lucro, induzindo uma baixa no capital constante, sendo que esta diminuição se verifica através da queda dos preços das matérias-primas e alimentos oriundos da América Latina, diminuindo assim o valor necessário para os trabalhadores subsistir (MARINI, 2000).

Outro problema identificado por Marini, observado nos intercâmbios comerciais entre os países da América Latina e os países industrializados, é que:

O aumento da oferta mundial de alimentos e de matérias-primas foi acompanhado do declínio dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas. Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável e, em todo caso, declina lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários (MARINI, 2000, p. 117 e 118).

Portanto, Marini conclui sobre a condição de dependência dos países latino-americanos perante o comércio capitalista mundial:

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi à deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala (MARINI, 2000, p. 118).

No final do século XIX, ainda existiam grandes reservas de matérias-primas e mão-de-obra nos países latino-americanos. As disponibilidades de capitais dos países centrais foram direcionadas para a exploração dessas reservas gerando por consequência, diferentes taxas de lucro entre os países latino-americanos e os países centrais.

Este diferencial na taxa de lucro das colônias para as metrópoles não resultou em aceleração na acumulação de capital nas colônias e sim na transferência desses lucros para as

⁴ Este capital avançado no processo de produção são os salários, as instalações, a maquinaria, as matérias-primas, entre outros.

metrópoles, sendo utilizada como impulso na acumulação capital ou distribuída como renda excedente (MANDEL, 1982).

Outra forma de transferências de valores que ocorrem entre as colônias e as metrópoles é proveniente do comércio entre esses países. Como já citado no item 2.1, o intercâmbio de mercadorias deveria exprimir a troca de equivalentes, cujo valor seria determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporariam. Entretanto, ocorrem diferentes mecanismos que permitiram realizar transferências de valor através da fixação de preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Desta maneira, economias que obtinham ganhos com o aumento da produtividade, não baixavam os seus preços na mesma proporção que a produtividade alcançava, obtendo assim lucros extraordinários (MARINI, 2000).

Estes mecanismos de transferências de valores através do intercâmbio de mercadorias, que se configuravam como outra forma de exploração das colônias é denominada de “trocas desiguais”. Segundo Mandel (1982, p. 244), “troca desigual significa que as colônias e as semicolônias tendiam a trocar quantidades cada vez maiores de trabalho nativo (ou produtos do trabalho) por uma quantidade constante de trabalho metropolitano (ou produtos do trabalho)”.

Posteriormente às duas grandes guerras mundiais e a Guerra da Coréia, período de 1914 a 1953, os mecanismos de exploração dos países subdesenvolvidos através das transferências dos lucros perdem espaço e os mecanismos de trocas desiguais representam as principais formas de exploração, principalmente dos países latino-americanos. Este fenômeno ocorre devido a uma série de transformações estruturais da economia capitalista mundial e do movimento internacional do capital. Dentre estas transformações podemos citar: o fluxo de exportações de capitais não ocorrem mais entre metrópoles e colônias e sim entre Estados metropolitanos; nos países subdesenvolvidos, os investimentos estrangeiros deslocam-se da produção de matérias-primas para a produção de bens de consumo; os países subdesenvolvidos adotaram medidas antiimperialistas destinadas a dificultar a transferências de lucros e dividendos para as metrópoles e as burguesias coloniais buscaram aumentar sua proporção de mais-valia com relação às empresas dos Estados imperialistas (MANDEL, 1982).

Os superlucros produzidos diretamente nos países subdesenvolvidos diminuem a partir da Segunda Guerra Mundial, devido à utilização, por parte dos países metropolitanos, de alguns mecanismos que mascaravam a contabilização dos lucros. Alguns desses mecanismos ocorriam quando as empresas dos estados imperialistas encobriam parte dos lucros produzidos

diretamente nos países subdesenvolvidos, contabilizando-os como se tivessem sido gerados nas metrópoles. Verifica-se um exemplo desta prática quando as matérias-primas eram exportadas em estado bruto dos países subdesenvolvidos para serem processadas para uso industrial nas zonas metropolitanas; outra forma ocorria quanto às empresas metropolitanas diminuía artificialmente os preços de exportação das matérias-primas, desaparecendo assim, em termos contábeis a mais-valia produzida nas semicolônias. Como as empresas em questão possuíam o monopólio de toda a cadeia produtiva era indiferente o local em que o lucro era contabilizado. Desta forma, “uma parte da massa de valor que as estatísticas dos países imperialistas mostram como lucros produzidos pelas grandes empresas de matérias-primas no mercado interno é, na verdade, a mais-valia criada não pelos operários metropolitanos, mas pelos produtores das semicolônias” (MANDEL, 1982, p. 246 e 247).

Para Mandel existem basicamente duas fontes de troca desigual. A primeira é proveniente do fato que o trabalho dos países industrializados é considerado mais intensivo (produtor de mais valor) no mercado mundial do que o trabalho dos países subdesenvolvidos, conseqüentemente o trabalho menos intensivo e menos produtivo recebe uma menor remuneração; a segunda acontece quando não ocorre nenhum nivelamento entre as taxas de lucro no mercado mundial, onde coexistem diferentes preços nacionais de produção (MANDEL, 1982).

Esta transferência de valor através das trocas desiguais é proveniente das diferentes taxas de produtividade entre os países envolvidos no mercado mundial ou do monopólio da produção de determinada mercadoria. Como forma de minimizar os efeitos desta transferência de valor, colocam-se em prática mecanismos de compensação, por parte da nação desfavorecida, sendo que, os países latino-americanos procuram compensar a perda de mais-valia através das relações de produção e não do nível de relações de mercado. O mecanismo utilizado é uma maior exploração do trabalho, mediante o aumento da sua intensidade ou prolongação da jornada de trabalho, e até mesmo os dois juntos.

Portanto, a oferta mundial de matérias-primas e de alimentos aumenta na medida em que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor da produção. Desta forma, as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional, através de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2000).

Diante dessas maneiras de exploração, Marini (2000, p. 125) faz a seguinte observação:

A intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela. De fato, mais que na indústria fabril, onde um aumento de trabalho implica pelo menos num maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento é muito menos sensível, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza incrementar a riqueza produzida sem um capital adicional. Compreende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva se baseia, sobretudo, no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isto permite diminuir a composição-valor do capital, o que agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

A utilização desses mecanismos não proporciona ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. A exploração do trabalhador através da intensificação do trabalho e da extensão da jornada de trabalho prejudica-o na medida em que ele é forçado a proporcionar ao capitalista, um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim, seu esgotamento prematuro. E a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, prejudica o trabalhador, pois é o mecanismo utilizado para reduzir o consumo do operário, além de seu limite normal, ou seja, é retirada do trabalhador a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal e como conseqüência aumentar o tempo de trabalho excedente de cada trabalhador (MARINI, 2000).

É por meio desses mecanismos que a América Latina atende as exigências da circulação capitalista, pois a realização da produção desses países não depende da capacidade interna de consumo, proporcionando assim, “a separação dos dois momentos fundamentais do capital – a produção e a circulação de mercadorias”, fazendo com que apareça na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que se opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2000, p. 132).

Nas economias centrais o consumo do trabalho é importante, tanto em seu aspecto de consumidor dos meios de produção que implica no processo de trabalho quanto com o seu consumo individual, que o trabalhador emprega para repor sua força de trabalho. O segundo aspecto representa a formação de um mercado consumidor para o primeiro. “O consumo individual dos trabalhadores, representa, então, um elemento decisivo na criação de demanda

para as mercadorias produzidas, sendo uma condição para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo de circulação” (MARINI, 2000, p. 133). Desta forma, o que está condicionado na luta entre patrões e trabalhadores perante o nível salarial, é este equilíbrio. A dinâmica do sistema tende a aumentar a mais-valia relativa, pois implica no barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador, sendo possível assim a queda dos salários.

Nas economias dependentes da América Latina, ocorre o oposto. Como a circulação se separa da produção através do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. Desta forma, a tendência é explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar condições para sua subsistência. Esta exploração só é possível devido a um volumoso exército industrial de reserva⁵, suficiente para repor as demanda de mão-de-obra. A grande disponibilidade de força-de-trabalho possibilitou “à compressão do consumo individual do operário e, portanto, à superexploração do trabalho” (MARINI, 2000, p. 134).

A economia exportadora é, então, algo mais que os produtos de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra à economia internacional (MARINI, 2000, p. 134).

A exploração do trabalhador através da expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho se reflete na depressão dos salários e restringe o consumo individual desses em favor das exportações. Os lucros provenientes dessas exportações, não encontram demandas no mercado interno tendo que ser satisfeitas por importações. Esta separação do consumo individual dos trabalhadores e do consumo proveniente da mais-valia cria uma estratificação do mercado interno, que se apresenta como uma diferenciação na esfera da circulação: uma baixa abastecida pelo mercado interno e outra alta abastecida pelas importações (MARINI, 2000).

Com o grande fluxo de capital investido na produção de matérias-primas, esta atividade se torna interrupta, após 1873. Entretanto, ocorre uma estagnação da produtividade dos países dependentes e o aumento da produtividade nos países industrializados, que proporcionam um aumento nos preços das matérias – primas. Esta alta se inicia durante a

⁵ No desenvolvimento histórico dos países latino-americanos a disponibilidade de força-de-trabalho sempre foi grande, pois inicialmente existia um grande número de população indígena, depois mão-de-obra escrava e posteriormente imigrantes europeus.

Primeira Guerra Mundial e atinge seu auge no início dos anos 1950 na Guerra da Coréia. Com o aumento dos preços das matérias-primas, a produção dessas com métodos de exploração da força-de-trabalho baratas e relações de produção pré-capitalistas deixam de gerar superlucros e se torna um obstáculo a acumulação de capital em escala mundial. Desta forma, ocorreu um deslocamento da produção de matérias-primas dos países subdesenvolvidos para os países metropolitanos. A falta de capacidade dos países subdesenvolvidos em acompanhar a produção de matérias-primas dos países industrializados, aliada a crises sócio-econômicas nesses países, aumentaram o risco de perda de capital investidos nesses territórios. Este risco, aliado ao surgimento de novos ramos industriais nos países metropolitanos alterou o padrão de investimento de longo prazo dos países metropolitanos.

Posterior a queda dos preços das matérias-primas o capital monopolista se desinteressou pela produção dessas nas semicolônias, entretanto alterou o foco de seus investimentos nos países subdesenvolvidos, para a produção de bens acabados que poderiam ser vendidos a preços de monopólio. Outro fator relevante, é que após a crise de 1929, nos países desenvolvidos cresce a produção de máquinas, veículos e bens de capital, fato que proporciona o aumento nos investimentos para o desenvolvimento de uma indústria incipiente nos países periféricos, com o objetivo de formar um mercado consumidor para a produção da indústria pesada dos países desenvolvidos.

Os investimentos nos países latino-americanos para a criação de uma indústria de bens acabados não são provenientes de exportação de capital dos países desenvolvidos, e sim do “reinvestimento de lucros ali realizados, da dominação crescente do mercado local de capital e da absorção cada vez maior de mais-valia e do produto agrícola excedente, gerados dos próprios países subdesenvolvidos” (MANDEL, 1982, p. 43 e 44). Verifica-se também uma vazão líquida de valor para os países metropolitanos, provenientes dos países subdesenvolvidos. Esses valores são oriundos das transferências de dividendos, juros e ordenados e também das trocas desiguais.

Outro fator determinante para a transferência de valor dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos é a diferença nas taxas de mais-valia. Nos países desenvolvidos, devido à diminuição do exército industrial de reserva, o aumento da produção através da mais-valia absoluta quase não ocorre. Como consequência, esses países utilizam-se da exploração dos trabalhadores através da mais-valia relativa. Entretanto, nos países subdesenvolvidos, “o início da industrialização e o aumento subsequente na produtividade social média do trabalho permite que os custos de reprodução da força de trabalho caiam

consideravelmente” (MANDEL, 1982, p. 45), ou seja, as novas necessidades não são incorporadas aos salários. Este fenômeno ocorre, porque o início da industrialização desses países segue um ritmo vagaroso e não acompanha o grande aumento do exército industrial de reserva, que se acelera com o afastamento da população do campo devido à queda da produção de matérias-primas. Outro fator é que devido ao grande número de trabalhadores compondo o exército industrial de reserva, é mais difícil organizar os trabalhadores em sindicatos, possibilitando assim que a remuneração da força de trabalho seja menor e até mesmo abaixo de seu valor, resultando assim em taxas de lucros crescentes.

Ernest Mandel (1982, p. 45) ressalta a consequência dos diferentes níveis de mais-valia:

A existência de um preço muito mais baixo para a força de trabalho nos países semicoloniais, dependentes, do que nos países imperialistas indubitavelmente possibilita uma taxa média de lucro mais alta, em termos mundiais – o que explica, em última análise, o fato do capital estrangeiro fluir para esses países. Mas, ao mesmo tempo, age como uma barreira na continuidade da acumulação de capital, porque a expansão do mercado é conservada dentro de limites extremamente estreitos pelo baixo nível dos salários reais e pelas reduzidas necessidades dos operários no terceiro mundo. Em consequência, [...] torna-se mais lucrativo para o capital local investir fora da indústria do que no setor industrial. Essa tendência vê-se ainda reforçada pelo fato de que, nos países subdesenvolvidos, a grande maioria das indústrias equipadas com tecnologia moderna apresenta grau bastante alto de capacidade não utilizada, bem como carência de “economias de escala”. Em resultado, é travada a concentração de capital, impedida a expansão da produção, promovido o escoamento de capital para esferas não industriais e improdutivas e ampliado o exército de proletários e semiproletários desempregados e subempregados. Aí reside o real ‘círculo vicioso do subdesenvolvimento’.

Segundo Marini, a industrialização latino-americana se dá em bases distintas, pois a economia exportadora exercia uma compressão permanente sobre o consumo individual do trabalhador, permitindo desta forma somente a criação de uma indústria fraca, que obtinha possibilidades de ampliação apenas quando fatores externos prejudicavam o comércio de importação. Desta forma, “a industrialização não cria, [...] sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2000, p. 139 e 140).

No princípio da industrialização, a participação dos trabalhadores na criação da demanda não é significativa, pois o mercado consumidor para a indústria nascente era aquela abastecida anteriormente pelas importações, ou seja, a demanda era maior que a oferta, não existindo assim, a necessidade de criar um mercado para as mercadorias industrializadas. Mesmo em uma situação em que a demanda se iguala a oferta, o capitalista industrial aproveitará sua posição de monopólio e forçará o aumento dos preços, aumentando assim a

massa de lucro. Como a industrialização dos países latino-americanos constituía-se de um baixo nível tecnológico, o preço da produção apresentava-se determinado principalmente pelos salários. Desta forma, o capitalista aproveitava o excedente de mão-de-obra criado pela crise no setor exportador, para pressionar os salários para baixo. Esta compressão dos salários, adicionado a intensificação do trabalho e ao aumento da jornada de trabalho acelerava a concentração de capital no setor industrial. Portanto, verifica-se neste setor o mesmo mecanismo de exploração da economia exportadora, pois através do modo de circulação, a economia industrial dependente reproduz a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. “Já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia” (MARINI, 2000, p. 141).

Outro fator importante de exploração da força de trabalho na indústria latino-americana ocorre com sua especialização na produção de bens que não compõem, ou estão inseridas muito escassamente na composição do consumo popular. Como consequência a produção industrial latino-americana torna-se independente das condições dos salários dos trabalhadores. Esta independência ocorre em dois sentidos: 1) por não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; 2) é proveniente da relação inversa que deriva da evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos trabalhadores, pois a primeira cresce em função da redução da segunda, não criando para o capitalismo um problema na esfera da circulação, pois as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário (MARINI, 2000).

Na medida em que avança a industrialização nesses países, a pauta de importações se altera: de bens de consumo para matérias-primas, produtos semi-elaborados e maquinaria, todos destinados a indústria. Entretanto, a crise permanente do setor externo não torna possível adquirir estas importações somente através do intercâmbio comercial, sendo necessários financiamentos e investimentos diretos externos para a indústria. Estes investimentos e financiamento ocorreram devido ao fato que no período pós-guerra, a partir de 1950, a economia dos países desenvolvidos da Europa e Japão, já apresentavam suas economias recuperadas da Crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. A concentração de capital em escala mundial disponibilizou um grande volume de recursos para as grandes corporações imperialistas que necessitavam buscar aplicações desses capitais no exterior, ou seja, ocorreu um fluxo de capital para o setor industrial dos países periféricos.

Aliado a este fator, as economias dependentes haviam implantado bases industriais, que graças à superexploração do trabalho, possibilitavam atraentes lucros. Outro elemento determinante foi o crescimento de bens de capital nos países centrais, que necessitavam, devido ao veloz desenvolvimento tecnológico, se desfazer de seus equipamentos obsoletos. Desta forma estes equipamentos foram absorvidos pela indústria dos países periféricos. Posterior a explanação desses fatos, Marini (2000, p.145) conclui:

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente [...] O que temos é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da DIT ocorrida no curso dos últimos cinquenta anos.

A introdução do progresso técnico nos países dependentes impulsiona a DIT a assumir uma nova configuração, abrindo novos caminhos para a difusão do progresso técnico e proporcionando um ritmo mais acelerado ao desenvolvimento industrial. Os efeitos desse avanço para a situação dos trabalhadores foi a redução da população produtiva e crescimento das camadas sociais não produtivas. Foram através desses mecanismos de exploração dos trabalhadores, que “o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior ao seu valor real” (MARINI, 2000, p. 147). É por isso que as vinculações de novas técnicas foram voltadas a produção de mercadorias direcionadas ao consumo popular dos países avançados. Na medida em que a produção é de mercadorias que não são consumidas pelos trabalhadores, o aumento da produtividade não se traduz em maiores lucros provenientes do aumento da mais-valia e sim do aumento da massa de valor realizado, centrado na maior exploração do trabalhador.

Com a industrialização centrada em produzir mercadorias voltadas para as classes altas, surgem problemas de realização. Os recursos utilizados para minimizar este problema são: a intervenção do Estado (financiamento ao consumo e ajuda aos produtores) e a utilização da inflação, como forma de achatá-los os salários dos trabalhadores e assim transferir renda da classe baixa para a classe alta. Esta repulsão entre as duas esferas da circulação, representando uma compressão do nível de vida das massas trabalhadoras, passa ser condição necessária para a expansão da demanda criada pelas camadas que vivem de mais-valia. “A estratificação desse aparato no que se deu em chamar de ‘indústrias dinâmicas’ e ‘indústrias tradicionais’, está refletindo a adequação da estrutura de produção à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente” (MARINI, 2000, p. 149).

Segundo Marini (2000, 149) “a absorção do progresso técnico em condições de superexploração do trabalho acarreta uma inevitável restrição do mercado interno, ao qual se contrapõe a necessidade de realizar massas sempre crescentes de valor”. Como isso não se resolve com a simples ampliação da demanda da classe alta da população e como não é possível ampliar o consumo de bens suntuários aos trabalhadores que sofrem com a compressão dos salários, a economia dependente não apenas precisou contar com um imenso exército industrial de reserva, como teve que restringir aos capitalistas e as camadas médias altas o consumo de mercadorias de luxo. Desta forma, novamente a economia teve que se voltar para o mercado externo através da exportação de manufaturas, bens essenciais e produtos luxuosos, para superar os fatores desarticuladores. Esta volta à velha economia exportadora se deu via projetos de integração econômica regionais e subregional e de políticas de competição internacional (MARINI, 2000).

Portanto, pode-se verificar que a condição de dependência e de subdesenvolvimento dos países latino-americanos é uma condição histórica, verificada no desenvolvimento sócio-econômico desses países. No período colonial, a produção econômica era determinada pela demanda externa de matérias-primas, gêneros alimentícios e produtos exóticos. Esta produção era ancorada na superexploração dos trabalhadores através da intensificação do trabalho, da prolongação da jornada de trabalho ou/e da expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Com o processo de industrialização, a economia desses países volta-se as necessidades do mercado doméstico, ou seja, a produção de bens acabados. A indústria latino-americana utiliza-se dos mesmos mecanismos de superexploração dos trabalhadores adotados pelo setor exportador em períodos anteriores. Há apenas uma diferença. Ocorre uma separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior da economia. Desta forma, pode-se concluir que a dependência e o subdesenvolvimento dos países latino-americanos se encontram intrínsecos nas economias desses países e perduram historicamente devido, principalmente, a sua característica de superexploração dos trabalhadores. A superexploração do trabalho é a categoria abstrata (essência) condicionante da posição dos países latino-americanos nas etapas inferiores da DIT.

3 A AMÉRICA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Como descrito em capítulo anterior, a conquista e colonização dos territórios americanos proporcionaram um impulso importante para a expansão comercial europeia que, por consequência, estabeleceu as bases históricas para a DIT. Desta forma, observa-se no relato seguinte alguns aspectos do descobrimento e colonização da América, que geraram uma nova corrente comercial no mercado mundial.

Os dois impérios pioneiros na exploração dos territórios recém descobertos, Portugal e Espanha, encontraram condições adversas nos territórios por eles ocupados na América, entretanto os seus exploradores possuíam os mesmo objetivos e eram guiados por uma única necessidade: encontrar produtos que pudessem ser comercializados no mercado europeu com o maior lucro possível. Esses produtos poderiam ser gêneros alimentícios, minerais ou produtos exóticos.

Os produtos que competiam com as mercadorias produzidas por Portugal e Espanha no mercado internacional, não eram estimulados, e até mesmo, eram proibidas suas produções nas colônias. Somente os produtos demandados pela metrópole, para o consumo interno ou para a comercialização com outros países europeus ganharam incentivos para a sua produção. Como exemplo desses produtos pode-se citar os metais preciosos, o açúcar, o cacau, o café, o anil, o tabaco, o algodão, couros, diamantes, arroz e cereais.

Os exploradores espanhóis encontraram em seus territórios americanos, principalmente no México e no Peru, um grande volume de metais preciosos e uma vasta população indígena, que possuía como importantes características a disciplina no trabalho e uma cultura avançada, sendo que, estas populações indígenas foram utilizadas posteriormente como mão-de-obra para a exploração dos metais preciosos.

O Império Português, inicialmente não encontrou metais preciosos em seus territórios americanos e seus exploradores se depararam com índios rebeldes e nômades, caçadores e pescadores que foram de difícil utilização como força de trabalho. Devido a não existência de minerais, a corte portuguesa investiu na exploração de matérias-primas que se encontravam nas zonas costeiras de seus territórios, como o pau-brasil. Entretanto, a extração desta madeira apresentou um curto ciclo de produção, pois rapidamente suas reservas foram devastadas. Como consequência Portugal necessitava encontrar um substituto para o pau-brasil,

principalmente como forma de dominação das suas terras que deveriam ser colonizadas. A alternativa encontrada foi investimento na produção da cana-de-açúcar, aproveitando o vasto território brasileiro. Para a comercialização do açúcar, Portugal efetivou uma parceria com a Holanda e desta forma este produto foi exportado principalmente para a Europa.

Os metais preciosos das possessões espanholas e o açúcar das possessões portuguesas tornam-se os principais produtos oriundos do novo mundo, comercializados no mercado internacional, justificando assim, a exploração e colonização do continente americano. Estes dois produtos de exportação possuíam estruturas diferenciadas em seus territórios, por um lado auto-suficientes e por outro, dependentes do comércio com outros territórios. O engenho de açúcar brasileiro se transformou em uma célula econômica auto-suficiente, formado por um grande latifúndio, que produzia a grande maioria dos produtos necessários para o seu consumo.

Bagu (1992, p. 94 e 95, tradução livre) observa que

[...] a típica unidade econômica americana foi o engenho brasileiro. A auto-suficiência foi uma aspiração e quase um direito desde o seu começo e assim continuou bem entrando o século XIX. Tudo o que o engenho consome se produz dentro de seus limites, com exceção de muito poucas coisas [...] O engenho nasce para exportar açúcar e cumpre admiravelmente esta tarefa.

Em contrapartida, as minas de metais preciosos das colônias espanholas, não apresentaram auto-suficiência, dependendo assim, da formação de cidades para a comercialização de produtos necessários para consumo, principalmente de produtos oriundos da Europa (BAGU, 1992). A partir dessas observações, podemos verificar a importância do mercado interno para o desenvolvimento econômico de determinado território. A auto-suficiência do engenho de açúcar tornava essas propriedades menos suscetíveis às alterações dos preços do açúcar no mercado externo, sendo que, em períodos de crise a sua população não sofria com a falta de produtos básicos para a sobrevivência, pois esses eram produzidos internamente. No caso das minas das colônias espanholas, a sua dependência ao mercado externo como compradora de suas mercadorias e como fornecedora de produtos para o abastecimento do mercado interno, tornava esses territórios extremamente suscetíveis às flutuações econômicas do mercado mundial.

No início do século XVII, a produção de açúcar já estava disseminada por vários territórios americanos. Além da produção do açúcar no Brasil, produzia-se açúcar em algumas colônias francesas, inglesas e espanholas que, devido à exaustão dos estoques de metais

preciosos, transferiram seus esforços para essa produção, como São Domingos, Vera Cruz e outros territórios da costa peruana.

Porém, entre as diversas produções de açúcar que existiam nos territórios americanos a de maior importância no comércio internacional foi a produção das Índias Ocidentais, que eram colônias inglesas. A Inglaterra iniciou a produção de cana-de-açúcar em suas colônias em meados do século XVII, aproveitando-se do capital e da tecnologia inserida nesta produção que os holandeses, depois de sua expulsão do território brasileiro⁶, deixaram nas Ilhas do Caribe.

Para a produção do açúcar em grandes volumes em suas possessões americanas, os ingleses necessitam de uma volumosa força de trabalho. Para suprir esta demanda, inicialmente a Inglaterra utilizou-se de mão-de-obra indígena; posteriormente, devido a diminuição da população nativa, incentivou a utilização de força de trabalho branca proveniente da Europa, através do regime de contratos. Entretanto, em fins do século XVII, a política econômica nacional da Inglaterra alterou seu eixo para o desenvolvimento da indústria em seu próprio território, demandando assim mão-de-obra e diminuindo a disposição da população para as Américas. Desta forma, foi substituída a imigração de população branca sob contrato por população negra escrava.

Além do fato da nova indústria britânica demandar esta força de trabalho branca, outro fator determinante para a substituição da mão-de-obra branca sob contrato pela mão-de-obra negra escrava é que a segunda era mais barata: “o dinheiro que custeava os serviços de um homem branco por dez anos poderia comprar um negro para a vida toda” (WILLIAMS, 1975, p. 24).

Como as colônias britânicas necessitavam de um grande volume de força de trabalho para suas plantações em larga escala de açúcar nas Antilhas e de fumo e algodão na parte continental, surgiu, para abastecer esta necessidade, um grande comércio de mão-de-obra escrava, ou seja, o tráfico negreiro.

O monopólio do tráfico de escravos era inicialmente da Coroa Portuguesa, durante os séculos XV e XVI. Posteriormente foi à Holanda que obteve o monopólio, sendo que, no caso do Brasil eram os holandeses os principais responsáveis pelo abastecimento de mão-de-obra escrava africana para as lavouras de cana-de-açúcar. Porém, no ano de 1713, foi firmado o

⁶ Os Holandeses invadiram o nordeste brasileiro no século XVII, inicialmente com a ocupação de Salvador, em 1624. Em Pernambuco, a conquista de Olinda ocorreu em 1630 e posteriormente dominaram todo o território entre Ceará e o Rio São Francisco. No ano de 1654 os portugueses conseguiram recuperar Recife e expulsar os Holandeses. Porém, os Holandeses nos anos que se instalaram no nordeste brasileiro, adquiriram o conhecimento necessário para o desenvolvimento da produção de açúcar em outros territórios.

Tratado de Utrech, que outorgou à Inglaterra o direito de abastecer as colônias da América Espanhola com escravos negros.

Com o tratado de Utrech, o capital britânico consegue algo muito precioso, ingressar legalmente na fortaleza colonial. Firmado em 1713, legaliza o tráfico negreiro nas colônias espanholas a cargo dos britânicos e dá a este um dos mais poderosos instrumentos de penetração econômica da vida colonial, porque a mão-de-obra negra é – e seria mais ainda depois do tratado – um dos principais motores da produção nacional (BAGU, 1992, p. 137, tradução livre).

Desta forma, o monopólio do tráfico negreiro passa para as mãos dos ingleses, através da Companhia dos Empreendimentos Reais. Este monopólio foi firmado em 1663, determinando que a compra de produtos manufaturados ingleses para a venda na costa da África, o controle dos navios negreiros, o comércio dos negros para as plantações e a importação de produtos das colônias, ficavam sob controle de uma única companhia (WILLIAMS, 1975). No ano de 1698 a Companhia perdeu seu monopólio e o direito do tráfico livre de escravos foi reconhecido como direito fundamental e natural dos ingleses.

Este monopólio inglês sobre o tráfico negreiro estabeleceu um mecanismo de intercâmbio chamado de comércio triangular, no qual a Inglaterra fornecia as exportações e os navios, a África a mercadoria humana e as colônias no novo mundo a matéria-prima colonial. O ciclo procedia da seguinte forma: o navio saía da metrópole inglesa carregado de artigos manufaturados, que eram trocados na costa da África por negros. Estes, por sua vez, eram traficados para as plantações e trocados por outra carga de produtos coloniais que seriam importados para a metrópole. Em cada etapa do ciclo a operação gerava lucros para os ingleses. (WILLIAMS, 1975).

André Gunder Frank (1977, p. 245 e 246) descreve com maiores detalhes o comércio triangular, conforme segue abaixo:

Os escravos eram comprados na costa da África por europeus e, também, por um número crescente de comerciantes norte-americanos que os pagavam com armas de fogo e rum, elementos essenciais nos negócios escravista infra-africano [...]. Nas Américas, os escravos eram vendidos a plantadores e mineradores em troca de seus produtos, especialmente açúcar e seus derivados, incluindo moedas de ouro e prata e barras destes metais, ou letras de crédito contra as praças de Londres, Liverpool, Bordéus, Nantes, Boston, etc. Os produtos americanos eram vendidos na Europa, que, por seu turno, exportava seus manufaturados (e reexportações procedentes da Ásia) para as colônias por toda a América.

Com o comércio triangular o balanço comercial inglês apresentou um aumento de cinco vezes de seus produtos de exportação durante o século XVIII. As exportações inglesas dobraram entre 1720 e 1760, e mais uma vez entre 1760 e 1795. Ao mesmo tempo, as

importações aumentaram de 5 milhões para 29 milhões de libras. Ou seja: no século XVIII, a Inglaterra manteve um excedente de exportação quase constante (FRANK, 1977).

Das colônias americanas com as quais os Ingleses trocavam os escravos por produtos coloniais, somente as Índias Ocidentais, e em certo grau as lavouras intensivas no Sul da América do Norte, podiam pagar as importações de manufaturas com sua própria produção de mercadorias exportáveis não-monetárias. As colônias mineiras espanholas e portuguesas pagavam suas importações com os metais preciosos proveniente de suas minas (FRANK, 1977).

Entre as atividades envolvidas no comércio triangular é necessário observar a grande importância do tráfico de escravos para a economia das colônias e das metrópoles. A mão-de-obra escrava foi utilizada durante muito tempo como principal força de trabalho das produções voltadas para o comércio externo.

Bagu (1992, p. 99, tradução livre) observa que:

O tráfico negreiro foi o mais formidável motor de acumulação capitalista que operou na era colonial. Já haviam dito que este caráter internacional e seus benefícios foram distribuídos em vários países da Europa. Em toda a América – espanhola, portuguesa, britânica, holandesa – os negreiros acumularam formidáveis fortunas pessoais, e incluindo dentro dessa denominação os acionistas das companhias dedicadas ao infame tráfico, os capitalistas e os proprietários de navios negreiros que operavam individualmente, os vendedores de negros que organizavam o mercado local de carne humana.

O comércio triangular também foi responsável pelo grande aumento do abastecimento de força de trabalho escrava para a América, suprimindo assim a demanda de mão-de-obra que as economias criavam. Como exemplo desta importância, pode-se analisar que “o fluxo total de escravos passava de menos de 2.000 por ano, antes de 1600, a uma média de cerca de 55.000 anuais, durante o século XVIII, e a média de 70.000 a 75.000 e mais de 100.000 em certos anos, durante a década do pique de 1780” (FRANK, 1977, p. 161).

O tráfico negreiro contribuiu para o enriquecimento de diversos setores da economia exportadora das colônias americanas, mas principalmente, o comércio triangular em si, representou uma atividade muito lucrativa para a Inglaterra, principalmente nos estímulos ao desenvolvimento da indústria, como ressalta Eric Williams (1975, p.58):

O comércio triangular proporcionava assim um estímulo triplo à indústria britânica. Os negros eram adquiridos com artigos manufaturados britânicos, transportados para as plantações, produziam açúcar, algodão, anil, melão e outros produtos tropicais, cujo beneficiamento criava novas indústrias na Inglaterra; enquanto a manutenção dos negros e seus donos nas plantações propiciavam outro mercado para a indústria britânica.

Todo este comércio entre a Inglaterra, África e Colônias Americanas estimulavam a produção industrial de inúmeras mercadorias na Inglaterra, tais como tecidos, panelas de ferro, chapéu, jóias, espingardas, algemas, entre outros. E também os produtos coloniais importados pela metrópole estimulavam a criação de indústrias, como a de refinamento do açúcar, as manufaturas, as fábricas de rum e metalurgia. A produção desses artigos e o crescimento dessas indústrias contribuía para o desenvolvimento do capitalismo, criando empregos para a população inglesa e gerando lucros para a Inglaterra.

O historiador Eric Williams (1975), em seus estudos sobre o comércio triangular, observou que ocorria uma divisão do trabalho na qual as operações agrícolas eram realizadas no clima tropical e as operações industriais no clima temperado. O autor identificou que a razão dessa divisão era proveniente das condições comerciais da troca das mercadorias, pois se verificava a necessidade de cinco navios para o transporte dos escravos da África para a América, e na volta para a metrópole eram necessários somente dois navios para o transporte do açúcar refinado. Desta forma, sobravam navios, prejudicando assim a frota mercante. Por isso, foi estimulado, através de tarifas muito mais altas para o açúcar refinado do que para o açúcar bruto. O refinamento do açúcar na metrópole, ou seja, a indústria açucareira pertencia a Inglaterra e a produção da matéria-prima do açúcar à colônia.

Neste cenário, as colônias norte-americanas possuíam um importante papel de fornecedoras de produtos alimentícios para as Índias Ocidentais. As colônias continentais produziam peixe seco e salgado, aveia, trigo, ervilha, feijão, porcos, cebola, entre outros, proporcionando assim, para as Índias Ocidentais a possibilidade de se dedicar exclusivamente na produção da cana-de-açúcar, pois suas necessidades alimentares, tanto para os plantadores como para os seus escravos, eram abastecidos pelos produtos das colônias continentais. Observa-se aqui, que o comércio entre territórios americanos também apresentava uma divisão do trabalho, já que alguns territórios representavam os produtores de mercadorias voltados para o comércio com a metrópole enquanto outros territórios tinham papel de produtores de mercadorias para a subsistência do primeiro.

Com a independência norte-americana inicia-se o período de decadência das colônias açucareiras britânicas, pois os territórios continentais do norte não eram mais obrigados a comprar o açúcar das Índias Ocidentais, partindo assim, para o comércio com as colônias francesas que possuíam um açúcar bem mais barato. Com esta perda do monopólio do açúcar com as colônias norte-americanas as Índias Ocidentais deixaram de ser abastecidas com os produtos alimentícios que os sustentavam.

Esta perda do monopólio do açúcar atingiu a Inglaterra na medida em que prejudicou o comércio inglês em outros setores, provocando os seguintes eventos: a) o fim do tráfico de escravos, abolido em 1807, como consequência do primeiro; b) a abolição da escravidão, que ocorreu em 1833 e, c) o término das tarifas preferenciais do açúcar em 1846. Todos estes acontecimentos foram consequência do grande dispêndio financeiro que as colônias inglesas representavam para a metrópole. “O custo da proteção desse Império representava um terço do comércio de exportações da Grã-Bretanha para as colônias. A independência das colônias era mais barata” (WILLIAMS, 1975, p. 160).

Com relação ao tráfico de escravos os ingleses seguiram a seguinte política: quando este era lucrativo e indispensável para as colônias das Índias Ocidentais, o tráfico era efetivado e incentivado pela Grã-Bretanha; a partir do momento em que a produção das Índias Ocidentais entrou em decadência e esse sistema de mão-de-obra era lucrativo somente para as colônias das outras metrópoles, os ingleses se tornaram contrários ao tráfico e posteriormente até mesmo à escravidão, impondo, inclusive, restrições comerciais aos produtos gerados com mão-de-obra escrava.

Porém, apesar das Índias Ocidentais encontrarem dificuldades, a Inglaterra ainda possuía uma liderança na economia mundial. “O poderio mecanizado da Grã-Bretanha estava pondo o mundo inteiro a seus pés. A Inglaterra vestia o mundo, exportava homens e máquinas e se tornava o banqueiro do mundo” (WILLIAMS, 1975, p. 146).

A importância dos produtos ingleses para o comércio mundial pode ser observado com o aumento das exportações desse país. Em 1821, as exportações atingiram 43 milhões de libras e em 1832 passaram para 65 milhões de libras, ou seja, 50% de aumento (WILLIAMS, 1975).

Para André Gunder Frank (1977), o comércio internacional na qual a América trocava mercadorias com os países europeus, e principalmente a Grã-Bretanha, estimulou a primeira revolução industrial, da seguinte forma:

Criou demanda para os produtos da indústria britânica; deu acesso a matérias-primas que ampliaram o alcance da indústria britânica e ao mesmo tempo baratearam seus produtos; veio a prover aos países pobres, subdesenvolvidos, com um poder de compra para adquirir mercadorias inglesas; produziu um excedente econômico que ajudou a expansão das finanças industriais e a melhoria na agricultura; ajudou a criar uma estrutura institucional e uma ética empresarial que vieram a comprovar sua eficácia na promoção do comércio interno e foi causa básica do crescimento de cidades e centros industriais (FRANK, 1977, p. 251 e 252).

Desta forma, podemos observar que o comércio triangular configurou-se como um marco inicial da DIT, determinando a Inglaterra, e demais países europeus que possuíam

colônias no Novo Mundo, como produtores de manufaturas e outros bens industrializados e fornecedores de navios para o transporte, cabendo à África o papel de fornecedora de força de trabalho escrava, ao passo que Colônias Americanas restavam o fornecimento de produtos coloniais primários. Desta forma, podemos observar que o comércio triangular configurou-se como um marco inicial da DIT, determinando a Inglaterra, e demais países europeus que possuíam colônias no Novo Mundo, como produtores de manufaturas e outros bens industrializados e fornecedores de navios para o transporte, a África como fornecedora de força de trabalho escrava e as Colônias Americanas fornecedoras de produtos coloniais primários.

A participação dos americanos na DIT pode ser observada identificando-se alguns dos seus produtos que eram exportados para o mercado europeu: os metais preciosos da Nova Espanha e Potosi e o açúcar e tabaco de Cuba, que eram enviados para a Espanha; o cação consumido no oeste e sul da Europa eram provenientes da Venezuela; o algodão da Venezuela, da costa peruana e demais colônias espanholas era produzido para exportação, assim como o tabaco cubano e a produção de couro nos vales centro-americanos, em partes da Venezuela e pampas platenses, todos destinados ao comércio internacional (BAGU, 1992, p. 101, tradução livre). Além destes itens, destacam-se também o açúcar, o ouro e posteriormente o café brasileiros.

4 DO PAU-BRASIL À PRODUÇÃO DO CAFÉ: O BRASIL E SEU PAPEL DE FORNECEDOR DE PRODUTOS PRIMÁRIOS

Para situar o Brasil na DIT e analisar sua condição de país subdesenvolvido e dependente, é necessário realizar um resgate histórico da participação do país no comércio internacional. O papel do Brasil na DIT pode ser observado nos diversos ciclos econômicos da história do país, é o processo histórico brasileiro que tem seu princípio na ocupação das terras brasileiras e seu fim nos dias atuais, passando pelos diversos ciclos econômicos, desde a extração do pau-brasil até as plantações de café, seguida pela industrialização do país e chegando ao cenário atual da economia brasileira.

Com a exploração e dominação dos territórios brasileiros e demais territórios portugueses no novo mundo, a corte portuguesa estabelece uma política mercantilista, na qual determinava que “as colônias deveriam contribuir para a auto-suficiência da metrópole, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora, na concorrência internacional com as demais” (FAUSTO, 2000, p. 55).

Para a devida dominação das terras brasileiras, existia uma necessidade de ocupação territorial que se efetivou através do processo de colonização. Caio Prado Junior (2000, p. 20), destaca que a colonização dos territórios americanos, incluindo o Brasil era:

[...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Esta política mercantilista estabelecia também a exclusividade da metrópole no comércio externo na colônia priorizando sempre o comércio com a metrópole antes da produção de mercadorias para a subsistência da colônia. Caio Prado Junior (2000, p. 124) ressalta que:

[...] as colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole; este benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros de que necessita, não só para si própria, mas para comercializar com o supérfluo no estrangeiro; que, finalmente, o povoamento e organização das colônias deve subordinar-se a tais objetivos, e não lhes compete se ocuparem em atividades que não interessem o comércio metropolitano.

Por meio desses esclarecimentos com relação à política mercantilista, podemos analisá-la na trajetória comercial brasileira. Esta política se verifica desde o princípio, com a

chegada dos portugueses em territórios brasileiros, na qual os conquistadores não encontraram nas terras do Brasil os metais preciosos almejados pela corte portuguesa. Inicialmente o único produto encontrado em solo brasileiro, que naquele momento interessava ao comércio internacional era uma abundante planta, chamada de pau-brasil. A extração do pau-brasil era fácil e econômica, a árvore possuía um cerne muito vermelho, que foi utilizado como corante, e sua madeira, que era de grande resistência, foi utilizada na construção de móveis e navios. Inicialmente, a comercialização do pau-brasil apresentou uma demanda significativa na Europa, sendo que a sua extração foi declarada monopólio real de Portugal. Porém, o esgotamento das matas costeiras ocorreu rapidamente, tornando o ciclo do pau-brasil curto.

Além do ciclo do pau-brasil apresentar-se curto, no desenrolar do século XVI a grande preocupação da corte portuguesa com o domínio de suas terras no novo mundo era a ocupação dos seus territórios, pois desta forma legitimava o seu domínio territorial, não só brasileiro, como dos demais territórios americanos que Portugal ocupou. Desta forma se tornava necessário a descoberta de uma atividade econômica, não somente extrativa como era a exploração da madeira do pau-brasil, para se efetivar a ocupação deste território.

Devido a esses fatores, aproveitando um conhecimento já acumulado de outras experiências em algumas Ilhas do Atlântico e explorando a grande disponibilidade de terras, Portugal investiu na cultura da cana-de-açúcar. Foi nas décadas de 1530 e 1540, que a produção se estabeleceu com bases sólidas. Em 1532, Martim Afonso de Souza trouxe portugueses, italianos e flamengos com experiência na atividade açucareira da Ilha da Madeira. Este comércio ofertava um produto que teria por objetivo abastecer a demanda de açúcar do mercado europeu.

Para a metrópole, esta atividade era muito promissora, pois, “a empresa açucareira além de resolver a necessidade de implantação de uma atividade econômica, sem ser extrativista, na América, desenvolveu em Portugal uma indústria de equipamentos para os engenhos” (FURTADO, 2000, p. 7), gerando estímulos para outras atividades econômicas, não somente internas ao território da colônia, mas também estendidos a metrópole, que se tornou fabricante de equipamentos industriais. Esta relação entre a colônia e a metrópole demonstrou desde o princípio a condição de que, a primeira deveria ser uma produtora de matérias-primas e mercadorias primárias e a segunda deveria ser produtora de equipamentos industrializados.

Entretanto, nem nos engenhos brasileiros, nem em Portugal foram instaladas refinarias no período colonial. A refinação do açúcar foi uma atividade efetuada pelos países compradores desta mercadoria, como a Grã-Bretanha e os Países Baixos. Desta forma, além

de movimentar a economia da colônia e da metrópole, outros países eram beneficiados com a produção do açúcar brasileiro, como os holandeses, que tinham o papel de financiadores das instalações produtivas do açúcar e importação da mão-de-obra escrava para suprir a deficiência da força de trabalho que os engenhos de açúcar necessitavam.

Com relação à força de trabalho empregada nos engenhos, inicialmente, foi utilizada a mão-de-obra local indígena, que com o passar do tempo foi se tornando escassa e insuficiente para a grande demanda da produção de açúcar. Desta forma, iniciou-se na colônia brasileira a utilização de mão-de-obra escrava em larga escala oriunda inicialmente do tráfico efetuado pelos portugueses, depois pelos holandeses e por último do comércio triangular que existia entre Inglaterra, América e África.

A indústria açucareira foi à principal atividade econômica brasileira nos séculos XVI e XVII; entretanto, no final do século XVII inicia o seu processo de estagnação. Com um cenário internacional adverso, a produção perde espaço para a grande concorrência oriunda da Antilhana e sofre com a queda dos preços no mercado mundial, terminando assim o auge da economia açucareira brasileira. Porém, mesmo com o fim do auge das exportações, no período colonial, este produto sempre dominou a pauta de exportações brasileiras e como exemplo desta estatística verifica-se que, “em 1760 corresponde a 50% do valor total das exportações” (FAUSTO, 2000, p. 82).

Com a queda das exportações do açúcar e demais matérias-primas que eram base dos recursos lusos, como especiarias, o algodão, o fumo e o azeite de baleia, a economia brasileira necessitava de um novo produto voltado ao comércio externo. Por isso o governo Português resolveu novamente apostar na descoberta de metais preciosos em território brasileiro. A corte portuguesa investiu na atividade de mineração de ouro na região mais ao Sul e interiorizada, conhecida posteriormente como Minas Gerais.

A produção industrial começou no primeiro decênio do século XVIII, a uma média anual de cerca de 2.000 quilos. Depois de 1720, a produção passou a uma média anual de 8.000 quilos durante as duas décadas seguintes; e atingiu seu cume de quase 15.000 quilos por ano entre 1740 e 1760 (FRANK, 1977, p. 149).

Desta forma, se desenvolve o ciclo do ouro brasileiro, sobre o qual Celso Furtado (2000, p. 31) faz a seguinte descrição:

O ciclo do ouro constituiu um sistema integrado, dentro do qual coube a Portugal a posição secundária de simples entreposto. Ao Brasil o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que trouxe alterações fundamentais à estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a constituir a minoria e o elemento de origem européia, maioria. Para a Inglaterra o ciclo trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para

importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa.

Neste sentido, pode-se observar que o ciclo de ouro brasileiro foi de grande volume, suficiente para influenciar diretamente a economia internacional. Economicamente o país mais beneficiado foi à Inglaterra, que devido a diversos acordos feitos com Portugal, principalmente o Tratado de Methuen⁷, recebia grandes volumes do ouro brasileiro. Esta relação entre Portugal e Inglaterra, originou uma dependência comercial do primeiro perante o segundo, representado pelos seguintes dados:

Entre 1697-1700, e 1706-1710, as exportações britânicas para Portugal – muitas das quais prosseguiram, dali, até o Brasil – aumentaram em 120%, e suas importações de Portugal somente 40%. Portugal tornou-se o terceiro maior freguês da Grã-Bretanha, para todas as suas exportações, e o quarto no setor de manufaturas (SIDERE *apud* FRANK, 1970, p. 44 e 45).

Este excedente comercial que a Inglaterra possuía com Portugal, era coberto com o ouro brasileiro, com os lucros britânicos provenientes do transporte marítimo, créditos e outros serviços prestados a Portugal. Durante o período de 1700 e 1770 os déficits alcançaram a soma de 25 milhões de libras, que correspondiam 6% de todas as importações registradas pela Grã-Bretanha (FISHER *apud* FRANK, 1969). Devido a este desequilíbrio da Balança Comercial entre Portugal e Inglaterra, Boris Fausto (2000, p. 99) descreve um circuito triangular que surgiu em função dos metais preciosos brasileiros:

Uma parte ficou no Brasil, dando origem à relativa riqueza da região de minas; outra seguiu para Portugal, onde foi consumida no longo reinado de Dom João V (1706-1750), [...]; a terceira parte, finalmente, de forma direta, via contrabando, ou indireta, foi parar em mãos britânicas, acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra

Posterior a estes dados, Fisher (*apud* FRANK, 1969, p. 138 e 139) conclui sobre a importância do ouro brasileiro em nível mundial:

Desse modo, entre 1700 e 1770, o comércio anglo-português contribuiu, de maneira nada insignificante, para o desenvolvimento da economia inglesa, especialmente nos primeiros 40 anos do século, quando a taxa de desenvolvimento global não era particularmente significativa. Sem o crescimento desse comércio, sem a expansão da produção do ouro do Brasil, da qual tantas coisas dependeram, o progresso comercial, financeiro e industrial da Inglaterra teria sido muito mais lento [...] Embora o crescimento do comércio externo não tenha precipitado diretamente a Revolução Industrial, sua contribuição foi, todavia, notável [...].

⁷ O Tratado de Methuen foi firmado em 1703. Através deste Tratado Portugal concedia a indústria e comércio britânico privilégios no comércio Português e Brasileiro e como consequência tornou Portugal grande devedor da Inglaterra.

Para o historiador Nelson Werneck Sodré (1978), a importância do ouro brasileiro, não está em seu montante, mas na fase histórica em que apareceu, pois seu valor apresentava-se na sua função de primeira ordem: o desenvolvimento do capitalismo. O ouro brasileiro enfraqueceu as moedas, valorizou os produtos (particularmente os produtos acabados) e juntamente com o mercantilismo e a industrialização impulsionou a ascensão do capitalismo.

Além da importância da atividade mineradora em termos de comércio internacional, ela aqueceu a economia da colônia, pois propiciou o surgimento de uma articulação entre as diversas regiões do país. Do Nordeste vinham os produtos de origem animal e a mão-de-obra necessária para as minas. O estado de São Paulo contribuiu com seu papel de entreposto comercial com o sul e fornecedor de produtos alimentícios básicos e materiais de construção. E do sul do país vinham às mulas de transporte, carne para consumo e couros.

Como as reservas de ouro brasileiras eram de aluvião, que apresentam maior facilidade de exploração, porém se esgotam rapidamente, o ciclo da mineração brasileira apresentou-se curto. O ponto máximo de exploração do ouro foi por volta de 1760 e já nos anos de 1780, as reservas demonstravam forte saturação. A partir daí a produção caiu abruptamente, para cerca de 10.000 quilos nas duas décadas seguintes e para uma média anual de somente 5.000 quilos, durante os dois últimos decênios do século XVIII (FRANK, 1977).

A partir da década de 1760, na qual o ciclo do ouro entra em decadência e o açúcar brasileiro não consegue competir com o açúcar do Caribe, Marquês de Pombal⁸ inicia uma política que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento de fontes alternativas de matérias-primas originárias da colônia brasileira. Através dessas políticas, foram fundadas na colônia brasileira duas companhias de comércio, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759). A primeira tinha por objetivo desenvolver a produção de mercadorias, como cacau, cravo, canela, algodão e arroz; a segunda possuía o monopólio do comércio das duas capitanias. Dos produtos estimulados pelas Companhias, a que mais prosperou foi à cultura do algodão, que aproveitando o período da Guerra Americana pela Independência⁹ conseguiu um espaço para o algodão brasileiro no mercado internacional por algum tempo.

As políticas pombalinas estimularam a produção manufatureira e a marinha mercante de Portugal, alcançando em consequência um aumento de seis vezes o comércio Português, entre 1774 e 1800, enquanto que as importações da Inglaterra diminuiriam, deixando a balança

⁸ Marquês de Pombal foi Primeiro Ministro Português no reinado de Dom José I, no período de 1750 a 1777.

⁹ O EUA representava o principal produtor de algodão mundial, principal fornecedor da indústria britânica de manufaturas. Durante a Guerra pela Independência a produção americana de algodão apresentou uma queda.

comercial Portuguesa favorável e por consequência diminuindo a dependência portuguesa e brasileira da Inglaterra (FRANK, 1972, p. 219).

Outra atividade que consta na pauta de exportações da Colônia Brasileira foi a cultura do tabaco, que iniciada no século XVII, já no século XVIII apresenta grande volume no comércio externo. O tabaco servia como moeda de troca por mão-de-obra escrava e devido a este fator o seu comércio declina com a proibição do tráfico de escravos.

Com o fim do período colonial pode-se verificar que a colônia era destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais, como o açúcar, o algodão, o ouro, entre outros. A organização agrária brasileira estava fundada em três elementos constitutivos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, elementos de grande importância na determinação da concentração da riqueza que caracteriza a economia colonial brasileira (PRADO, 2000).

Sobre a forma adotada para a exploração da terra nas colônias, a grande propriedade, ou seja, o latifúndio, Gunder Frank descreve que este “nasceu tipicamente como uma empresa comercial que criou para si própria as instituições que lhe permitiram, para responder à demanda crescente no mercado mundial ou nacional, aumentar a oferta de seus produtos pela expansão da quantidade de suas terras, capital e trabalho” (FRANK, 1973, p. 31 a 36). Portanto, pode-se verificar que o latifúndio, foi um sistema de exploração de terra indispensável para o desenvolvimento da economia exportadora das colônias, incluindo o Brasil, e ainda é uma característica importante do subdesenvolvimento brasileiro, pois se apresenta como fator determinante de concentração de terras e desigualdade social.

No final do século XVIII e início do século XIX, novamente a economia brasileira se encontrava em situação de fraco crescimento, pois os antigos produtos não apresentavam possibilidades de um novo auge de exportações brasileiras. Desta forma, era necessário um novo produto para estimular essas exportações e por consequência aquecer a economia brasileira.

Somente na metade do século XIX o país encontrou no café um novo produto voltado para a demanda do mercado internacional. Aproveitando terras de boa qualidade no sudeste brasileiro, a economia cafeeira expandiu-se rapidamente. Inicialmente esta atividade utilizou a mão-de-obra escrava, principalmente o excedente que existia de mão-de-obra das indústrias açucareira e mineradora. Porém com o passar do tempo iniciou um processo de queda da oferta de escravos do mercado interno, ao mesmo tempo em que a importação de novos escravos vindos da África foi proibida pela Inglaterra. Desta forma, como solução para a falta

de mão-de-obra para as lavouras de café iniciou-se a imigração de colonos europeus para suprir esta demanda de força de trabalho, por meio do trabalho assalariado.

A cultura do café estimulou a economia brasileira através de outras atividades, como o fluxo de mão-de-obra do nordeste, a produção de charque, couro e a criação de gado do sul do país. Entretanto, a atividade de maior importância estimulada pela produção do café foi a criação de um sistema comercial exportador para este produto, criando casas de exportação, bancos comerciais; enfim uma burguesia cafeeira que traçou o destino econômico brasileiro por um longo período.

A cultura do café apresentou uma forte expansão em toda a segunda metade do século XIX e entrou o século XX com queda nos preços internacionais, que foram amortecidos com ajudas governamentais. No início do século XX e principalmente depois da Grande Crise Mundial de 1929, como Furtado (2000) relata, os governos brasileiros realizaram políticas Keynesianas para sustentar a economia cafeeira. O governo utilizava-se de mecanismos de variação da taxa de câmbio, para diminuir as perdas dos cafeicultores, faziam empréstimos públicos e principalmente compravam a produção excedente de café, posteriormente queimando-o, para segurar a demanda internacional.

Porém, com a crise mundial, apesar dos pesados incentivos governamentais, o mercado internacional não se estabeleceu integralmente para o café brasileiro, ocorrendo assim um declínio da economia cafeeira. Entretanto, a burguesia cafeeira acumulou capital em grandes proporções, suficiente para investir em outros segmentos econômicos. Este capital cafeeiro juntamente com investimentos públicos e externos iniciou o processo de industrialização brasileira.

Com relação a este grande período, que vai deste a colonização do Brasil até o início do Brasil como República, André Gunder Frank (1979, p. 100 e 101) faz um resumo da economia brasileira voltada para o comércio externo:

Para o mercado internacional produzem o Senhor de Engenho da Bahia, do Rio e São Vicente, desde meados do primeiro século colonial; do mesmo modo que os mineiros de Minas Gerais e do Distrito Diamantino, que a Coroa Portuguesa monopoliza, no século XVIII. Com o mesmo destino se cultiva algodão no Maranhão, em XVIII e quase no fim da era colonial, começaram a estender-se os cafezais sulinos.

Além de observar as características da economia exportadora é necessário verificar que a economia doméstica voltada para a população brasileira pouco se desenvolveu em todo este caminho traçado. Essa economia era somente de subsistência, dependendo exclusivamente das condições impostas pelo mercado internacional com relação ao produto

de exportação. Caio Prado Junior (2000, p. 20) faz a seguinte observação sobre a economia brasileira neste longo período:

Se vamos na essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira.

A população brasileira era dividida em dois grupos, constituídos por uma parcela rural e pobre, excluída do mercado e outra que era abastecida pelas importações, pois a economia brasileira não produzia para o seu próprio consumo. Para justificar esta condição de dependência do mercado externo para abastecer a demanda interna, Nelson Werneck Sodré (1978, p. 198), relaciona os seguintes dados:

Importávamos, assim, 51,6% do valor total em vestuário (manufaturas têxteis, calçados e chapéus) e 21% em alimentícios; as duas parcelas totalizando 72,6% do valor total do que comprávamos no exterior: importávamos exclusivamente para consumir. Não produzíamos, pois o mínimo indispensável para vestir e alimentar nossa gente. Adquiríamos na Grã-Bretanha 55% de tudo o que necessitávamos, e vendíamos a Grã-Bretanha 33% do que exportávamos.

Desta forma, observa-se que os ciclos econômicos brasileiros citados acima demonstram o “verdadeiro sentido da colonização tropical” descrita por Caio Prado Junior (2000). Em todo o período colonial e início da República verifica-se uma economia voltada quase que exclusivamente para as atividades econômicas exportadoras, ficando suscetível a variações de preços imposta pela concorrência internacional e deixando de lado o desenvolvimento da economia doméstica voltada para as demandas da população em geral e o crescimento e enriquecimento da sociedade brasileira como um todo.

A partir desse resgate histórico da economia brasileira, iniciando-se no processo de dominação do território até o período de queda das exportações do café, pode-se observar algumas características essenciais observadas por André Gunder Frank (1973), na história dos países subdesenvolvidos. Este autor constata que o subdesenvolvimento dos países periféricos é oriundo de condições impostas pelas relações capitalistas de produção, que no caso brasileiro é demonstrado em todos os períodos históricos, nos quais são determinadas as mercadorias produzidas pela colônia brasileira voltada para o comércio externo. São exemplos dessa determinação a extração do pau-brasil, a produção de açúcar, as plantações de algodão, a mineração e por fim o cultivo do café.

Outra característica identificada por Frank (1970) é quando ele verifica que essas nações experimentam seu maior desenvolvimento econômico e industrial, quando seus laços com as metrópoles se encontram enfraquecidas. O Brasil vivencia esta característica, principalmente no período em que a cultura do café brasileiro perde espaço no mercado mundial, sendo necessário para a população e os membros do governo buscar novas atividades para o desenvolvimento da economia.

Gunder Frank constata também que as regiões que são subdesenvolvidas são aquelas que tiveram os laços comerciais mais fortes com a metrópole, devido principalmente ao comércio de produtos primários voltados para a exportação. Porém, porém quando essas mercadorias perderam espaço no comércio internacional, as metrópoles afastam-se dessas regiões. Este fenômeno ocorre na economia brasileira, que durante sua histórica colonial, sempre foi a principal colônia portuguesa, que com sua política mercantilista explorava ao máximo todas as riquezas brasileiras.

Portanto, neste resgate histórico buscou-se identificar as características condicionantes do subdesenvolvimento e da dependência do país, a saber: a) a herança colonial de dominação das metrópoles portuguesa e inglesa, que possui seus reflexos na economia do país atualmente; b) a forte ligação com o mercado externo, que ainda se verifica como mito de desenvolvimento na cultura econômica do Brasil; c) a forma de exploração dos trabalhadores, através da intensificação do trabalho, da prolongação da jornada de trabalho ou/e da expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Foi esta superexploração dos trabalhadores que tornou possível a produção em larga escala dos produtos brasileiros e determinou o papel do país como fornecedor de matérias-primas e metais preciosos na DIT.

5 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: UM NOVO PAPEL PARA O BRASIL

O presente capítulo realizará um resgate histórico do processo de industrialização da economia brasileira que iniciou nos anos 1930 e perdurou até o fim da década de 1970. Serão analisados dois modelos desenvolvimentistas adotados pelos governos brasileiros neste período: a Política de Substituição de Importações (1945- 1961) e a Política de Substituição de Exportações (1961-1979). Entretanto, o principal objetivo deste resgate histórico é observar empiricamente a seguinte conclusão de Marini (2000, p.145):

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente [...] O que temos é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da DIT...

Portanto, buscaremos analisar o novo papel do Brasil na DIT e suas implicações no desenvolvimento sócio-econômico do país.

Será utilizado como fonte bibliográfica para a descrição da Política de Substituição de Importações as descrições de Maria da Conceição Tavares. Destaca-se que esta autora possui posições diferenciadas quanto ao referencial teórico utilizado neste trabalho, desta forma, buscar-se-á apresentar as concepções e dados apresentados por Tavares, para posteriormente contrapor a interpretação de Ruy Mauro Marini.

5.1 A Política de Substituição de Importações

Como citado no capítulo anterior, a partir da Crise Mundial de 1929 a economia exportadora brasileira entra em um período de decadência. Os preços dos produtos primários caem, prejudicando assim a comercialização no mercado internacional de produtos exportados pelo Brasil, principalmente o café. Como proteção à crise do comércio externo e a conseqüente queda da capacidade para importar do país, o governo adota medidas com o objetivo de defender sua economia dos desequilíbrios externos. Essas medidas eram

basicamente: restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques. Como resultado dessas medidas, ocorreu um aumento nos preços relativos das importações que resultou em um estímulo à produção interna substitutiva.

Para suprir esta demanda interna de mercadorias a economia brasileira possuía três alternativas: a maior utilização da capacidade produtiva da indústria já instalada, a produção de bens e serviços relativamente independentes do setor externo (por exemplo, serviços governamentais) e a instalação de unidades produtivas substituidoras de bens anteriormente importados. A primeira alternativa termina com a saturação da capacidade existente na economia e uma parte da segunda e a última passam a estar intimamente relacionadas, e constituem a espinha dorsal do processo de substituição de importações (TAVARES, 1979).

Para Maria da Conceição Tavares (1979), o Brasil possuía condições favoráveis para a política de substituição de importações, como o volume elevado e a composição das importações que representavam uma reserva de mercado suficiente para justificar a implantação de uma série de indústrias substitutivas e um sistema econômico que possuía um grau de diversificação da sua capacidade produtiva capaz de dar uma resposta adequada ao impulso surgido do estrangulamento externo. O país também possuía fatores quanto à dimensão e composição relativas do mercado e do grau de diversificação da estrutura produtiva que beneficiavam a substituição, como a coincidência espacial dos setores dinâmicos num e noutro modelos de desenvolvimento¹⁰ e disponibilidade relativa de fatores (terra e mão-de-obra) e política econômica.

Utilizando-se do modelo de substituição de importações o país realizou um esforço conjunto entre o governo e o setor produtivo, principalmente voltado para atividades industriais, aproveitando a capacidade produtiva ociosa da indústria interna e ampliando indústrias alimentares, de materiais de construção e de certos equipamentos agrícolas.

Para Maria da Conceição Tavares (1979), este novo modelo de desenvolvimento das economias dos países da América Latina, e principalmente do Brasil, caracterizou-se pela mudança das variáveis dinâmicas. O setor externo perde importância no processo de formação da renda nacional em contrapartida a atividade interna aumenta sua participação. As exportações como determinante exógeno do crescimento foi substituído pela variável endógena investimento.

Entretanto, Tavares (1979, p. 34) ressalta:

¹⁰ No centro-sul do país concentravam-se as produções de café e as plantas industriais.

O setor externo não deixou de desempenhar papel relevante em nossos países; apenas houve uma mudança significativa nas suas funções. Em vez de ser o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda, através do aumento das exportações, a sua contribuição passou a ser decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos e bens intermediários.

O papel do setor exportador passa a ser o de gerador de capacidade para importar bens de capital para a nova indústria que surgia nesses países.

Maria da Conceição Tavares (1979) divide o período do pós-guerra em quatro fases de desenvolvimento da economia brasileira. O período entre 1945 e 1947 foi marcado por um alívio na situação do setor externo e por uma retomada da capacidade para importar, porém sem alcançar os patamares anteriores ao período da Depressão. Foi um período menos orientado para a substituição de importações e mais voltado para o setor externo.

Entre os anos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial o *quantum* das importações brasileiras obteve uma queda de 50%. No pós-guerra o Brasil conseguiu recuperar consideravelmente seu poder de compra, principalmente devido à melhora do preço do café que ocorreu até o ano de 1954 (TAVARES, 1979).

Na segunda fase, entre os anos de 1948 a 1954, o país registra uma melhora na capacidade para importar, que posteriormente resultaram em pressões no balanço de pagamentos. Esta pressão ocasiona um esgotamento das divisas acumuladas, originando por consequência déficits. O governo adota como medida de contenção desses déficits uma política de controle cambial que se utilizava de uma taxa de câmbio determinada para beneficiar a importação de produtos intermediários e bens de capital e coibir a importação de bens não-essenciais, estimulando assim a ampliação interna de indústrias de bens de consumo e bens duráveis.

Esta política cambial resultou em uma intensificação da penetração direta do capital estrangeiro no setor manufatureiro nacional, que eram de cerca de US\$ 70 milhões em 1940 e passaram para 284 milhões em 1950 e num montante de investimentos norte-americanos que eram de US\$ 240 milhões em 1940 e passaram para US\$ 1.013 milhões em 1952 (DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO DOS ESTADOS UNIDOS, 1957 *apud* MARINI, 2000). Essas entradas de capitais são influenciadas pela política de aproximação entre os dois governos, que proporcionou ao Brasil a prospecção de investimentos públicos dos EUA para a indústria brasileira. Com estes investimentos o governo implanta a Siderurgia de Volta Redonda, indispensável para a indústria de base no Brasil. A partir de 1950, com a criação da Comissão Mista Brasil- Estados Unidos, o governo obtém investimentos em torno de US\$ 500

milhões para serem aplicados nos pontos de estrangulamento dos setores de infra-estrutura e de base (MARINI, 2000).

Em 1953, devido a desequilíbrios no balanço de pagamentos, adotou-se uma nova política cambial, a qual utilizava-se de um sistema de leilões de divisas, que classificavam as importações em cinco categorias, de acordo com o seu grau de essencialidade e das possibilidades de produção interna. Este sistema possibilitou comprimir o *quantum* de importações ao nível da capacidade para importar e estimulou a produção interna de uma série de produtos industriais básicos e matérias-primas.

Neste período, o governo de Getúlio Vargas avança na sua política progressista e nacionalista, criando o Banco Nacional do Desenvolvimento econômico em 1952, concretizando o Plano Salte (programa de investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia), efetivando o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e da energia elétrica (Eletrobrás), introduzindo na legislação vigente limitações aos lucros extraordinários e restrições de exportações de lucros, além de colocar em prática uma política trabalhista com o objetivo de conseguir o apoio operário guiado pelo Ministro do Trabalho, João Goulart.

Entretanto, a classe dominante não apoiou esta política nacionalista do governo, principalmente nos aspectos trabalhistas, realizando uma pressão sobre Getúlio Vargas, o que o levou a retroceder em sua política. Diante disso, Vargas implantando a Lei de Segurança Nacional e efetivando o acordo militar Brasil – Estado Unidos, que na prática colocou as forças armadas brasileiras sob a influência do Pentágono Norte-Americano. Porém, a principal medida de apoio as classes dominantes foi a reforma cambial de 1953, beneficiando as exportações e prejudicando as importações e transferindo para o mercado livre o controle de entradas e saídas de capitais do país.

Esta reforma cambial, não resultou em grandes impactos nas exportações, porém, comprimiu fortemente as importações, gerando por consequência um equilíbrio na balança comercial. Este equilíbrio acabou em 1954, com a queda dos preços internacionais do café e a consequente queda das exportações brasileiras, apresentando um déficit na balança comercial que ocasionou em uma nova crise cambial.

Já na terceira fase, no período delimitado entre os anos 1955 a 1956, representados pelo governo de Café Filho, foi implantada a Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), alterando por meio desta, o sistema cambial vigente e passando a proporcionar facilidades à entrada de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e equipamentos de empresas estrangeiras importadas pelo Brasil não possuíssem

cobertura cambial. Neste período, o montante total de capitais estrangeiros, que sob a forma de financiamentos ou investimentos diretos entraram no país, foi cerca de 2.300 milhões de dólares (MARINI, 2000).

A Instrução 113 da SUMOC criou facilidades para a entrada de capitais externos,

[...] impulsionando o processo e industrialização e afrouxando a pressão que a deterioração das exportações tradicionais exercia sobre a capacidade para importar. Observemos que essa penetração de capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se, quase na sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; processou-se sob a forma de introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos EUA; e se realizou em grande parte através da associação de companhias norte-americanas com empresas brasileiras (MARINI, 2000, p. 87).

O alto crescimento demonstrado na economia dos Estados Unidos (EUA), depois da Segunda Guerra Mundial, aliando ao fenômeno de trustização das empresas norte-americanas, gerou uma riqueza superior de possibilidades de investimento na própria economia americana, desta forma, o restante de capital não investido internamente foi destinado ao mercado externo, principalmente aos países subdesenvolvidos (MARINI, 2000).

Outra forma de investimentos, por parte dos EUA e demais países avançados nos países subdesenvolvidos, ocorria através da necessidade desses países de exportar para os países subdesenvolvidos seus equipamentos obsoletos que, devido a diminuição do prazo de renovação do capital fixo, resultante das rápidas inovações tecnológicas deveriam ser substituídos por outros mais modernos.

Entretanto, neste processo verificava-se uma contradição que gerava um estrangulamento cambial nos países periféricos. Os lucros dos investimentos antigos dos países avançados em países subdesenvolvidos deveriam ser exportados para seus países de origem, sendo que, para a exportação desses lucros a taxa cambial mais atrativa era a desvalorizada. Em contrapartida, com a necessidade de importação por parte da indústria brasileira de equipamentos dos países avançados a taxa cambial mais atrativa era a valorizada. Como forma de superar esta contradição, os países avançados utilizaram da alternativa de não exportar estes equipamentos e sim introduzi-los nas economias subdesenvolvidas como investimento direto externo. Isto gerou um aceleração do processo de desnacionalização das econômicas periféricas, e como resultado gerou outra contradição: a da não compatibilidade de tecnologias avançadas com a necessidade de emprego para uma população em expansão demográfica. Desta forma, a superação do estrangulamento cambial resultou em tensões sociais internas devido ao aumento do exército industrial de reserva (MARINI, 2000).

A quarta fase, representada pelos anos de 1956 a 1961, caracterizou-se pelo aumento da participação direta e indireta do governo brasileiro nos investimentos e na entrada de capital estrangeiro privado e oficial para financiar parcela substancial do investimento em certos setores. O capital estrangeiro orientou-se principalmente para indústria mecânica, como a instalação de indústrias automobilísticas, de construção naval, de material elétrico pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital. Expandiram-se as indústrias básicas de siderurgia, petrolífera, metalúrgica dos não-ferrosos, celulose e papel, química pesada, entre outras.

Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek (JK) lançou o Plano de Metas que prospectou 2,5 milhões de dólares em investimentos e financiamentos estrangeiros (MARINI, 2000). Este plano de desenvolvimento apoiava-se, principalmente em investimentos públicos em setores básicos e no ingresso de capitais estrangeiros. Para o governo, era necessário um volumoso investimento monetário em obras públicas e na construção civil, sendo que esta foi representada principalmente pela construção de uma nova capital para o país, chamada de Brasília.

Entretanto, apesar dos esforços do governo brasileiro, a balança comercial brasileira apresentou um déficit de US\$ 92.200 milhões em 1957. Em 1958, as exportações de café, que ainda era o principal produto de exportação do país, continuaram a declinar progressivamente em volume e em valor. No total, as exportações de café caíram de 16.805.000 sacas (US\$ 1.029.600.000) em 1956, para 14.317.000 (US\$ 845.000.000) em 1957 e 12.883.000 (US\$ 687.500.000) em 1958. As divisas do Brasil eram na ordem de US\$ 1.844.000.000, e o balanço de pagamentos de 1958 apresentou saldo negativo de US\$ 250.000.000. Como forma de melhorar a situação do balanço de pagamentos o Ministro da Fazenda do Governo JK, Lucas Lopes colocou em prática medidas de restrição de crédito, concedeu bonificações aos exportadores, reduziu os subsídios às importações de trigo e de petróleo e anunciou um programa de estabilização monetária para o ano de 1959 (SILVA, 2004).

Outra medida encontrada pelo governo brasileiro para minimizar os déficits na balança comercial foi a assinatura da Declaração Conjunta sobre preferência regional, que ocorreu em 31 de outubro de 1958, em reunião de embaixadores dos países latino-americanos. Esta declaração manifestava a intenção da maioria dos países da região, de fomentar o intercâmbio comercial com o objetivo de formar um mercado comum. Do ponto de vista do governo brasileiro, a integração dos países latino-americanos viria beneficiar o país como forma de diminuir o déficit na balança comercial e expandir a exportação de manufaturas.

Para Marini, esta quarta fase foi marcada por uma evolução das relações de classe no país, que são resultantes da expansão econômica que ocorreu. Este autor observa alguns aspectos dessa expansão econômica:

A participação de capital estrangeiro foi significativa, sendo que, o valor aproximado do total de investimentos e financiamentos do setor externo foi de 2 bilhões e 500 milhões de dólares, destinados principalmente para atividades de infra-estrutura e à indústria leve e pesada, apresentando assim um crescimento da influência de grupos econômicos internacionais na sociedade política brasileira (MARINI, 2000, p. 20 e 21).

Através deste relato pode-se observar a dependência que a industrialização brasileira possuía do capital externo. Esta dependência se expressava por meio de investimentos externos de capital monetário, implantação em território nacional de plantas industriais estrangeiras e de tecnologia para a indústria doméstica.

Dois aspectos importantes foram observados por Maria da Conceição Tavares no processo de desenvolvimento através do Modelo de Substituição de Importações: o primeiro é que as transformações da estrutura produtiva ocorreram basicamente no setor industrial e atividades conexas, não se estendendo ao setor primário e as atividades tradicionais de exportação; o segundo é que os novos setores dinâmicos aparecem e se expandem no âmbito restrito dos mercados nacionais, determinando um caráter fechado do novo modelo. Para a autora, este segundo aspecto demonstra que o processo de industrialização desses países “não foi acompanhada de uma transformação equivalente na DIT. Esta última, fundamentalmente, não variou, pelo menos no que se refere às especializações das economias industriais e das subdesenvolvidas no intercâmbio mundial” (TAVARES, 1979, p. 35). Portanto, para esta autora

[...] o ‘processo de substituições das importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 1979, p. 35).

Outro aspecto observado por Tavares (1979) era que a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via da substituição de importações, constituía-se em uma série de respostas aos sucessivos estrangulamentos do setor externo e que através das medidas adotadas pelo governo e setor industrial, a economia se tornava quantitativamente menos dependente do exterior e mudava qualitativamente a natureza dessa dependência.

Tavares (1979) descreve três fatores que proporcionaram o esgotamento do desenvolvimento da política de substituição de importações: a dimensão do mercado

consumidor nacional, a natureza da evolução tecnológica da indústria brasileira e o volume dos recursos disponíveis para novos investimentos produtivos da indústria.

Com relação ao mercado consumidor, o Brasil apresentava uma baixa distribuição de renda, não possibilitando a implantação de novas indústrias, pois o mercado consumidor existente não era suficiente para suprir a oferta de novas mercadorias, devido principalmente ao grande exército industrial de reserva que estabelecia salários muito baixos. A indústria brasileira, com relação a bens de consumo e bens intermediários já apresentava-se bastante diversificada para prosseguir na política de substituição de importações.

A próxima indústria a se desenvolver seria a de bens de capital, mas o país não possuía tecnologia, nem mão-de-obra especializada e nem demanda para esta indústria, pois a maquinaria utilizada pelas demais indústrias já haviam sido importadas e o período de depreciação destas era longo. Desta forma, o investimento na indústria de bens de capital ainda não era viável para a indústria brasileira.

Por fim, quanto aos investimentos, “os recursos necessários ao financiamento de novos projetos de investimento privado estavam limitados pela evolução da relação excedente-salários e os de investimento público pela relação gastos-carga fiscal” (TAVARES, 1979).

Desta forma, os anos 1960 foram marcados por uma crise econômica que levou ao esgotamento da política de industrialização pela via da substituição de importações e os investimentos no setor industrial perdem volume posteriormente ao “Plano de Metas” de Juscelino Kubitschek (1956-60). Os anos 1950 que foram marcados pelo sucesso da industrialização, deram lugar, nos anos de 1960, a um período de crise da balança comercial. Para minimizar os déficits dessa balança, a política cambial, que era utilizada desde 1947 foi intensificada, valorizando ainda mais o câmbio e fazendo com que os preços das importações de bens de capital e produtos intermediários (necessários ao processo de industrialização) fossem reduzidos e as exportações tradicionais, com demanda externa inelástica, financiassem as importações.

5.2 A Política de Substituição de Exportações

No início da década de 1960, o parque industrial implantado no Brasil já havia cumprido sua função original (abastecer a demanda interna) e desta forma, necessitava de mercados externos para prosseguir com seu crescimento. Assim, o aumento das exportações e a anexação de produtos de maior valor agregado na pauta passaram a ser vistos como um mecanismo para dar continuidade ao processo de desenvolvimento, por meio da implantação de um modelo complementar ao Modelo de Substituição de Importações, ou seja, o Modelo de Substituição de Exportações.

Este novo modelo concedeu ao comércio externo um novo papel no processo de desenvolvimento, que era o de promover uma maior arrecadação das exportações por meio de uma política de promoção dos manufaturados brasileiros. Dessa forma, não caberia mais à política cambial limitar-se a fixar a moeda para promover a venda de produtos de demanda externa inelástica, mas sim promover uma maior flexibilização do câmbio e inserir na pauta de exportação brasileira produtos de maior valor agregado. Assim, a economia brasileira passou a ostentar um novo modelo de desenvolvimento, o Modelo de Substituição de Exportações (SILVA, 2004). As diretrizes da política de substituição de exportações era a ampliação da geografia do comércio externo brasileiro, a aproximação com os países do Terceiro Mundo e diversificação da pauta de exportações como medida para impulsionar o desenvolvimento.

Para Heloisa Conceição Machado da Silva (2004), a Política de Substituição das Exportações pode ser dividida em três fases:

A primeira fase, compreendida entre os anos de 1961 a 1964, ocorreu a mudança no eixo do vínculo comércio/ desenvolvimento, onde se verificou gestação do Modelo de Substituição de Exportações. Para colocar em prática este novo modelo, em março de 1961, o governo do Presidente Jânio Quadros implementou uma nova política cambial, por meio da Instrução 204 da SUMOC, que tinha como objetivo a desvalorização da taxa de câmbio, a unificação do mercado cambial e a fixação livre da taxa de câmbio, perdendo assim um instrumento importante de política economia. Como não era possível utilizar-se da taxa de câmbio para benefício das exportações ou importações, utilizava-se do mecanismo tributário, mecanismos de cotas de retenção dos lucros e de emissão de bônus de importações, porém, somente para mercadorias preferenciais, como o trigo, petróleo e papel imprensa.

A liberação dos câmbios tinha, assim, um duplo objetivo: desafogar o setor externo, abrindo perspectivas para superar a grave crise em que vivia, ampliando ao mesmo tempo os recursos do Estado para atender aos compromissos da dívida externa e permitir, através de um maior liberalismo econômico, que a economia interna caminhasse para uma “racionalização”, isto é, eliminasse os setores considerados antieconômicos ou ainda incapazes de enfrentar a competição (MARINI, 2000, p. 31).

Com relação à exportação dos lucros, a nova Instrução não colocava nenhum limite quantitativo, apenas oferecia vantagens fiscais aqueles que fossem reinvestidos no Brasil. O governo também renegociou a dívida externa, possibilitando a geração de novos créditos nos EUA, na Europa e em países socialistas.

A política cambial foi adotada para sanar dificuldades do balanço de pagamentos e diminuir a inflação. Como reflexo desta, as exportações “passaram de US\$ 1.270 milhões em 1960 para US\$ 1.405 milhões em 1961. Como resultado, o déficit global do balanço de pagamentos em 1960 transformou-se em superávit de US\$ 115 milhões em 1961” (SILVA, 2004, p. 212).

O governo de João Goulart assume o poder em 1961 - sob o sistema parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros - e recebeu a situação econômica, com dois principais índices: diminuição da taxa de crescimento do produto nacional de 7,7% em 1961 a 5,5% em 1962 e a elevação da inflação de 37% em 1961 a 51% em 1962 (MARINI, 2000). A política externa independente e o Modelo de Substituição de Exportações de Jânio Quadros tiveram continuidade no Governo de João Goulart. O novo ministro das relações Exteriores Francisco de Clementi de San Tiago Dantas, direcionou a diplomacia brasileira para uma tentativa de enfrentar a redução dos preços das matérias-primas com a abertura de novos mercados bem como a promoção das exportações de manufaturados brasileiros, em três frentes: em primeiro, o mercado latino-americano; segundo, o mercado tradicional dos Estados Unidos e em terceiro os países que integravam o bloco socialista.

Em 6 de janeiro de 1963, com a ratificação do mandato de João Goulart, através da escolha do presidencialismo, como sistema de governo, San Tiago Dantas assumiu o Ministério da Fazenda e Celso Furtado assumiu o Ministério Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento Econômico. Celso Furtado elaborou o Plano Trienal (1963-1965), que era um conjunto de medidas destinadas a reativar o crescimento econômico e promover o regresso da estabilidade monetária. Este plano estabelecia que a política de câmbio fosse orientada no sentido de assegurar ao setor exportador um nível de renda capaz de estimulá-lo a manter adequado o esforço de vendas ao exterior e de evitar que as importações ultrapassassem a efetiva capacidade de importar. San Tiago Dantas tomou uma série de medidas para a

estabilização da moeda, principalmente para buscar novos empréstimos e renegociar a dívida brasileira. Além disso, criou o Cruzeiro Forte, aboliu os subsídios às importações de trigo e de petróleo, dando mais um passo para a unificação da taxa câmbio.

Essas medidas beneficiaram a balança comercial apresentando saldos positivos. Para os Estados Unidos, em 1964, o Brasil exportou mercadorias no valor total de US\$ 678.478 milhões e importou US\$ 424.807 milhões, ficando com um saldo de US\$ 253.671 milhões (MACIEL, 1966, *apud* SILVA, 2004). O intercâmbio mundial, em 1963, foi ainda mais favorável ao Brasil, atingindo suas exportações o valor de US\$ 760.648 milhões, enquanto que as importações alcançaram o valor de US\$ 381.787 milhões, aumentando o saldo para US\$ 378.861 milhões, mesmo com a deterioração dos preços do café. Entretanto, os serviços da dívida externa e as remessa de lucros para o exterior, da ordem de US\$ 564 milhões em 1962, consumiram praticamente o valor total dos recursos apurados com as exportações daquele ano para os Estados Unidos, fazendo com que, para manter o nível das importações, o Brasil necessitasse de novos empréstimos externos (LOBO, 1963 *apud* SILVA, 2004).

A segunda fase, delimitada entre os anos de 1964 a 1967, ocorreram as remoções dos obstáculos às exportações, onde se verificaram os primeiros passos na consolidação do Modelo Substituição de Exportações (SILVA, 2004).

A política econômica adotada pelo regime militar, que se implantou em abril de 1964, foi voltada para a contenção dos salários, restrição de crédito e aumento da carga tributária. O objetivo era aumentar a oferta de mão-de-obra, baixando o seu preço como forma de favorecer a concentração de capital, beneficiando assim os grupos estrangeiros e a burguesia nacional. Os militares adotaram um novo estilo de política externa contra a concepção desta do Governo João Goulart, assumiram razões geopolíticas, que vinculavam o país ao mundo ocidental e principalmente aos Estados Unidos, declarando como conceito básico da diplomacia brasileira a “interdependência continental”.

Esta doutrina chamada de “barganha leal” determinava que o Brasil, devido sua posição geográfica, não podia escapar da influência norte-americana. A contrapartida seria o reconhecimento pelos Estados Unidos de que o Brasil possuía um quase monopólio de domínio na sua região, ameaçada somente pela burguesia argentina (MARINI, 2000).

Está política demonstra o regresso da política brasileira em submissão a Washington, assim como a conversão definitiva do Brasil em colônia norte-americana [...] Era a evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia brasileira para a aceitação consciente de sua integração ao imperialismo norte-americano, evolução que resulta da própria lógica da dinâmica econômica e política do Brasil e que pode ter graves conseqüências para a América Latina (MARINI, 2000, p. 61)

O governo do Marechal Castello Branco e do Ministro de Planejamento Roberto Campos, implantou entre 1964 e 1966 o Plano Trienal, que possuía um objetivo duplo “reativar o ritmo descendente do crescimento do PIB, fixando-o em 6% para os anos 1965-66, e conter o aumento geral dos preços, reduzindo-os do nível de 92,4% em 1964 a 25% em 1965 e a 10% em 1966” (MARINI, 2000, p. 61) e também o objetivo de equilibrar o balanço de pagamentos, a redistribuição de renda e, na prática, a democratização do capital. O governo utilizou instrumentos de política econômica (política tributária, salarial e creditícia, manipulações alfandegárias, contenção e seleção dos gastos governamentais) e a ação estatal continha medidas estruturais, principalmente para reforma agrária e a reorganização do mercado interno de capitais.

O aspecto mais importante desta política foi o papel estratégico que ela dava ao capital estrangeiro. O plano estabelecia que na formação bruta de capital fixo, o capital estrangeiro iria aumentar e a poupança nacional diminuir. As fontes de crédito oficial diminuiriam, enquanto que o crédito privado aumentou. A contenção de crédito foi completada por uma política tributária, baseada principalmente na folha de salários, que fez com que as empresas diminuíssem a mão-de-obra e aumentassem a tecnificação.

Parte desta tecnificação era proveniente da associação com grupos estrangeiros que possuíam crédito e tecnologia. Esta política beneficiou as grandes empresas, nacionais e estrangeiras, principalmente as dedicadas à indústria pesada, devido à retração provocada na demanda. Contudo, tal política prejudicou em grandes proporções as pequenas e médias indústrias, vinculadas a produção de bens de consumo não duráveis. Desta forma, revelou a determinação do regime em consolidar uma indústria de bens intermediários, de consumo durável e de equipamentos, altamente tecnificada e de forte capacidade competitiva. Esta indústria efetivou a pretendida expansão externa e criou uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da elite militar, e se efetivou mais ainda com a nova indústria de produção bélica (MARINI, 2000).

A indústria bélica brasileira teve princípio no Governo do João Goulart, que preocupado em romper com a dependência em que se encontrava o país, devido a estandardização do material bélico. Desta forma, o governo decide diversificar as fontes de abastecimento e ao mesmo tempo desenvolver a indústria nacional. Para alcançar este objetivo é realiza um acordo com a Bélgica de compra 50 mil fuzis deste país, com o direito de reprodução pela indústria brasileira. Com a queda de Jango, em 1964, o novo ministro de guerra, o General Artur da Costa e Silva, confirma a operação juntamente com uma nova política de substituição de importações relativa a armamento e equipamento militar,

vinculando a isso à preservação da soberania nacional. Posteriormente, os Estados Unidos como forma de manter seu controle sobre a produção brasileira, manifesta interesse de adquirir armas, munições, veículos de guerra e manufaturas do Brasil para a guerra do Vietnã.

Com esta política, o governo Castello Branco acelerou a integração da economia brasileira com a economia norte-americana e como consequência converteu o país em centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio.

A Política de Substituição de Exportações teve continuidade no Governo de Castello Branco. O Governo afastou-se da república Popular da China, encaminhou missões no continente Africano, a Ásia e Leste Europeu e comissões a conferências da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento) e do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), como forma de angariar espaços as mercadorias brasileiras, buscar a eliminação de barreiras às exportações de produtos primários por países em desenvolvimento e estabilizar os preços das *commodities*, entre outros.

Como resultado dessas aproximações, a Índia adquiriu do Brasil dois navios cargueiros, tratores agrícolas e minério de ferro e ainda foi realizado um acordo comercial para a exportação de manufaturas brasileiras. No continente africano as dificuldades encontradas para absorção das exportações brasileiras foram devido aos fortes vínculos que esses países ainda possuíam com as suas antigas metrópoles. Outra dificuldade era a pouca capacidade para importar devido à debilidade econômica desses países africanos.

Das relações comerciais com o Leste Europeu, a de maior destaque foi o acordo em 1966, entre o Brasil e URSS, no qual este forneceria maquinaria e equipamentos, entre o período de 1966 e 1969, no valor total de US\$ 100 milhões, com prazo de oito anos e juros de 4% ao ano. Em contrapartida a União Soviética deveria adquirir 25% do valor total do financiamento em manufaturas brasileiras. Na América Latina a política era de relações bilaterais, tendo como resultados estatísticos registrados até início de 1964 um incremento do comércio regional da ordem de 44,3% com relação 1961. Com o funcionamento da ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio), o Brasil aumentou acentuadamente o nível de seu comércio com a América Latina, transferindo para esses países a compra de matérias-primas, como o trigo. As exportações para a ALALC, devido a nova política econômica estabelecida pelo governo militar e pelas modificações introduzidas no sistema cambial brasileiro, tomaram um ritmo ascendente e introduziram na pauta de exportações um grande número de produtos manufaturados (SILVA, 2004).

No período de 1962 a 1965

[...] percentualmente, os produtos manufaturados (produtos químicos, maquinaria e veículos, manufaturas classificadas segundo a matéria-prima e manufaturas diversas) tiveram seus índices substancialmente aumentados, a representarem no período em questão cerca de 37% do valor total das exportações brasileiras (US\$ 52,8 milhões em um total de US\$ 144,5 milhões). O fenômeno não ocorreu ao lado das importações, nas quais, pelo contrário, verificou-se uma queda na participação percentual dos manufaturados. Finalmente cumpre assinalar que 60% das exportações globais de produtos industriais brasileiros dirigiram-se à Zona de Livre Comércio (SILVA, 2004, p. 325).

A terceira fase corresponde aos anos de 1967 a 1973, em que os governos deram ênfase à exportação para os países em desenvolvimento, efetivando assim, a concretização do Modelo Substituição de Exportações. O governo dos generais de Costa e Silva e Emílio Médici, que perduraram do ano de 1967 a 1973, articularam a política de comércio exterior, sob três objetivos: “1 – o estímulo à entrada de capitais estrangeiros; 2 – o incentivo à produção de excedentes exportáveis, em especial aos produtos manufaturados e semi-manufaturados; 3 – a liberalização progressiva das importações de bens intermediários e bens de capital, a fim de não comprometer o ritmo de produção industrial” (SILVA, 2004, p. 339).

O comércio exterior alcançou altos índices de expansão, diversificando a pauta de exportação, com maior participação de produtos manufaturados, que cresceram de 7,2% para 27,7% em 1965-74 (VAN DOELLINGER *apud* SILVA, 2004). O bom desempenho das exportações de manufaturas foi favorecido pela atuação das multinacionais que iniciaram ou ampliaram as suas atividades no período. Paralelamente a um maior volume físico exportado, que dobrou de 1967-1973, o valor unitário das exportações também cresceu neste período, estimulado pelo crescimento da economia mundial. Os termos de troca do Brasil também evoluíram favoravelmente, passando o índice dos termos de intercâmbio de 135,1 em 1967 para 154,9 em 1973, como resultado de um aumento dos preços de exportação de 77,2% diante do aumento dos preços de importação de 54,5%. O forte crescimento do comércio exterior brasileiro levou o país a um aumento na participação total das transações mundiais. Considerando-se dados sobre as exportações e importações no mundo, a participação do Brasil no comércio mundial aumentou de 0,88% em 1967-1968 para 1,20% em 1972-1973 (FMI, 1973 *apud* SILVA, 2004).

Em 1967, com o início do mandato presidencial de Costa e Silva, a política externa brasileira toma uma nova postura diplomática, que tinha como principais objetivos a captação de insumos para o projeto de desenvolvimento, no qual enquadravam-se as relações com as potências capitalistas, e a conquista de novos mercados para as exportações de manufaturas brasileiras, principalmente visando o aumento das relações com as nações do sul.

Como resultado desta política, verificou-se uma maior diversificação dos mercados externos. A participação da ALALC elevou-se de 10,3% em 1967 para 28,2% em 1973. As vendas para o Oriente Médio aumentaram 20,9% em 1973. As exportações para o Leste Europeu também elevaram-se, alcançando índice de 7,7% em 1972. Outra região onde as exportações alcançaram bons índices foi à África Subsaariana, onde as vendas passaram de 8,1% em 1966, para 14,2% em 1973. O Mercado Comum Europeu passou a ser o principal comprador de produtos primários do Brasil. As exportações para a CEE (Comunidade Econômica Européia) alcançaram 29,5% em 1970 contra 26,4% dos Estados Unidos, e mostrou ganhos adicionais até alcançar 30,6% em 1974, enquanto a participação norte-americana se reduziu para 18,1%. No ano de 1974, a CEE respondeu por 41,9% das exportações brasileiras. A participação das exportações para a CEE e para os Estados Unidos no total das vendas externas do Brasil diminuiu de uma média de 71,2% em 1966/1967 para 50,1% em 1972/1973, ocorrendo, portanto um aumento na participação de outros países, notadamente os países em desenvolvimento (BANCO CENTRAL, 1973, *apud* SILVA, 2004).

O Governo Geisel assumiu o seu mandato 1974 e encontrou a balança comercial brasileira prejudicada pela Crise do petróleo de 1973. Além dos preços do petróleo subirem, juntamente com este subiram os preços de produtos químicos e bens de capital, os quais pesavam significativamente na pauta de importações brasileiras. Com o aumento dos preços das importações e a crise nos países importadores das mercadorias brasileiras, a balança comercial do país apresentou um déficit de US\$ 1 bilhão em 1974.

Como forma de alterar estes números, os Ministros da Fazenda, Mário Henrique Simonsen e do Planejamento Reis Velloso colocaram em prática o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha como objetivo proporcionar ao país uma base industrial mais autônoma e menos sensível aos choques externos, em termos de insumos, principalmente energéticos, tecnologia e bens de capital. (SILVA, 2004).

Com esta política econômica o Governo Geisel conseguiu manter o crescimento acelerado em 1974, alcançando a taxa de 9,3% do PIB e 9,7% na produção industrial. Em contrapartida a inflação saltou de 12,4% para 34,5% de 1973 para 1974. Entretanto, apesar de haver ocorrido um reajuste estrutural dos setores produtivos brasileiros, após o II PND o país manteve sua vulnerabilidade frente aos choques externos, devido principalmente a sua dependência ao petróleo (BANDEIRA *apud* SILVA, 2004).

Durante o ano de 1974, o Governo Geisel aprovou a Política Nacional para a Exportação de Material de Emprego Militar. Desta forma, o país começou a exportar revólveres e outras armas e munições, aviões, tanques de guerra e carros de combate para

países da América Latina, África e Oriente Médio. A fim de restringir a compra de tecnologia, que pesava tanto quanto as importações de petróleo, o Governo Geisel criou três empresas estatais: Investibrás (Investimentos Brasileiros S.A), Embramec (Mecânica Brasileira S.A) e Fibase (Financiamento de Insumos Básicos), todas como subsidiárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A finalidade era sustentar, por meio de associação com o capital do Estado, a expansão de empresas privadas brasileiras, principalmente nos setores de bens de capital e insumos básicos. Estas medidas resultaram em avanços no comércio externo brasileiro, o qual

alcançou altos índices de expansão com uma crescente participação dos produtos manufaturados na pauta de exportações. Os índices de crescimento do comércio exterior passaram de 7,2%, em 1965, para 27,7% em 1974. Entre 1967-1973, os termos de intercâmbio evoluíram favoravelmente ao Brasil, passando o índice de termos de troca de 135% em 1967, para 154,9% em 1973, como resultado do aumento dos preços de exportação de 77,2%, diante de um aumento nos preços de importação de 54,5% (CARNEIRO *apud* SILVA, 2004, p. 457).

Desta forma, consolidou-se o Modelo de Substituição de Exportações, o qual fez com que o país conquistasse mercados para exportações de armamentos, veículos de passeio, maquinaria e eletrodomésticos. De 1974 a 1979, a participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação brasileira aumentou 47%¹¹. Porém, esta consolidação não fora suficiente para sanar os encargos resultantes das necessidades de importação de petróleo. Em 1979, a balança comercial acumulou um déficit de US\$ 4.802 milhões. Para sanar as dificuldades no balanço de pagamentos, o Presidente Geisel investiu na indústria de bens de capital e insumos básicos, incentivou o programa pró-álcool e o aproveitamento do carvão mineral, a fim de reduzir a dependência em relação das fontes de energia, em particular ao petróleo (CERVO *apud* SILVA, 2004).

5.3 Comparativo dos dois modelos de desenvolvimento industrial: um novo papel na DIT

Conforme tabela abaixo se pode observar que a participação de mercadorias semimanufaturadas e manufaturadas apresentou um crescimento significativo durante os anos

¹¹ Apesar do aumento da exportação, neste período, de bens manufaturados, esses não representavam o aumento da produção de bens com maior desenvolvimento tecnológico.

de 1964 a 1979 como resposta a Política de Substituição de Exportações. Na pauta de exportações brasileiras, o aumento da participação dessas mercadorias foi lento, porém constante, sendo que no ano de 1978 a soma da participação das manufaturas e das semimanufaturas ultrapassaram a participação dos produtos básicos e no ano de 1979 somente as manufaturas ultrapassam a participação dos produtos básicos.

Tabela 1 – Participação das exportações brasileiras por fator agregado em relação ao total– 1964 a 1979

	Básicos	Semimanufaturas	Manufaturas
1964	84,5	8,0	6,2
1965	81,6	9,7	8,2
1966	82,9	8,1	8,7
1967	78,7	8,9	11,9
1968	79,3	9,5	10,7
1969	77,7	9,1	12,3
1970	74,8	9,1	15,2
1971	68,5	8,3	20,2
1972	66,4	10,0	22,5
1973	65,0	9,3	23,1
1974	57,6	11,5	27,0
1975	58,0	9,8	29,8
1976	60,5	8,3	27,4
1977	57,4	8,6	31,7
1978	47,2	11,2	40,2
1979	43,0	12,4	43,6

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Secretaria do Comércio Exterior – SECEX

Depto de Desenvolvimento e Planejamento de Comércio Exterior – DEPLA

Notas: Participação em percentual sobre o total geral

A partir desses dados verifica-se que o processo de industrialização brasileira através da Política de Substituição de Importações e auxiliada pela Política de Substituição de Exportações proporcionou ao país um novo papel na DIT, ao contrário das conclusões de Maria da Conceição Tavares. Com este novo papel, compete a indústria brasileira etapas inferiores da produção industrial, como a produção de semimanufaturas e manufaturas, entretanto, a tecnologia continuava representando o papel dos países desenvolvidos na DIT.

Em relatório das Nações Unidas publicado em 1966, os especialistas desta instituição descreveram alguns pontos importantes sobre esse novo papel dos países latino-americanos que passaram pelo processo de industrialização:

Tendência atual ao estabelecimento de um novo esquema de DIT, dentro do qual os países industrializados deverão ceder as primeiras fases de elaboração de matérias-primas aos países em vias de desenvolvimento, especializando-se aqueles nas “fases mais avançadas de elaboração e acabamento dos produtos, devido à sua experiência técnica e capacidade econômica”. E se acrescenta: “Segundo a tecnologia moderna, a transformação de matérias-primas geralmente requer processos industriais que: i) absorvam grande quantidade de capital; ii) requeiram considerável experiência industrial e tecnológica; iii) requeiram mercados internacionais, pois os mercados domésticos das nações em desenvolvimento são demasiadamente pequenos para absorver a produção potencial. Portanto, este tipo de produção necessariamente terá que ser levada a cabo em cooperação com as indústrias estabelecidas dos países

desenvolvidos (RELATÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1966 *apud* MARINI, 2000, p. 68).

Em contrapartida ao processo de industrialização da economia brasileira em um país como o Brasil, com forte crescimento demográfico, a instalação de uma indústria relativamente moderna criou um grave problema de desemprego. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de tabulações avançadas do censo demográfico,

[...] a população de 10 anos idade ou mais aumentou, entre 1960 e 1970, em 17 milhões de pessoas, das quais 7 milhões serão inseridos na estrutura de emprego; destes, menos de 4 milhões serão absorvidos pelos setores diretamente produtivos (cerca de 2,5 milhões pela indústria e o restante pela agricultura) e algo mais de 1 milhão de pessoas pelos serviços vinculados a produção (incluindo o comércio, onde se oculta, como sabemos, boa parte do desemprego disfarçado), os demais irão para as atividades improdutivas, registrando o caso do setor público (IBGE, 1971, *apud* MARINI, 2008, p. 3).

A partir desses dados pode-se verificar os reflexos do processo de industrialização na população brasileira. Além, de essa indústria ser relativamente moderna e não absorver grande número de trabalhadores, o país possuía alguns agravantes oriundos do monopólio das terras em mãos de uma pequena oligarquia agrária. Esta concentração das terras gerou uma grande emigração de população rural para as grandes cidades em busca de trabalho na indústria e em atividades afins.

Entretanto, a modernidade das plantas industriais e a necessidade de mão-de-obra qualificada faziam com que esta força de trabalho não fosse absorvida em sua grande maioria, gerando assim, um volumoso exército industrial de reserva. Estes fatores refletiam-se em uma distribuição de renda desigual que não proporcionava a grande maioria da população inserir-se no mercado consumidor e qualificar-se para suprir a demanda de mão-de-obra especializada que a indústria demandava.

Para Marini (2000), este processo de expansão do comércio externo para as manufaturas brasileiras foi proveniente da falta de um mercado interno com grau suficiente de absorção da produção crescente resultante da modernização tecnológica. A busca de um mercado externo para as mercadorias da indústria do país faz com que o Brasil reproduza com os países da América Latina, a expansão imperialista que sofreu dos EUA. Marini denomina esta expansão de subimperialismo.

A expansão imperialista da burguesia brasileira tem que se basear em uma maior exploração das massas trabalhadoras nacionais, seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo, o que implica salários baixos e mão-de-obra disponível, isto é, um elevado índice de desemprego; seja porque se processa juntamente com um aumento da penetração dos capitais norte-americanos,

o que exige a extração de um sobre-lucro da classe operária (MARINI, 2000, p. 71 e 72).

A grande burguesia nacional pratica o subimperialismo e se alia ao capital imperialista, pois este lhe fornece equipamentos (apesar de obsoletos), técnicas e fontes de crédito. A burguesia nacional, desta forma, aumenta sua mais-valia e sua capacidade competitiva no mercado interno. “Nestas condições, a penetração de capitais norte-americanos significa a absorção e a quebra das unidades mais frágeis, expressando-se numa acelerada concentração de capital, que engendra estruturas de caráter cada vez mais monopolista” (MARINI, 2000, p. 90). Esta integração com o imperialismo norte-americano, evidencia a incapacidade da indústria brasileira de criar mercados na proporção de seu desenvolvimento. Para Marini, é a efetivação da lei geral da acumulação capitalista,

[...] que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema, evidenciada pelos altos índices de capacidade ociosa. O desenvolvimento dessa contradição essencial do capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, isto é, expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis interno de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva (MARINI, 2000, p. 97).

Portanto, Marini (2000, p. 99 e 100) conclui:

O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou no Brasil a vida do velho sistema semicolonial de exportação. Seu desenvolvimento, em lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o a este ainda mais estreitamente e acabou por levá-lo a atual etapa subimperialista, que corresponde à impossibilidade definitiva de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil.

Desta forma, podemos verificar que a característica histórica que marca o subdesenvolvimento brasileiro no período colonial prevalece no processo de industrialização brasileiro. A superexploração dos trabalhadores através da intensificação do trabalho, da prolongação da jornada de trabalho ou/e da expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho continua sendo a forma encontrada pela burguesia industrial de auferir lucros e efetivar o crescimento da industrialização. Sendo que, este crescimento da economia brasileira, proporcionado pela industrialização não possibilita a toda população os seus benefícios, pois a sociedade brasileira apresenta-se dividida entre uma esfera alta e uma esfera baixa no mercado consumidor, demonstrando assim a desigualdade de renda existente no país.

6 A ATUAL POSIÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: A VOLTA AO ANTIGO PAPEL DE FORNECEDOR DE BENS PRIMÁRIOS

O presente capítulo tem por objetivo situar o Brasil na DIT atual, por meio da análise da pauta de exportações do país no período 1980-2010 e apresentar um resumo do debate atual sobre as vantagens e desvantagens do atual papel do Brasil no comércio capitalista mundial e os reflexos do modelo exportador vigente sobre a força de trabalho brasileira.

Através da descrição do capítulo anterior, sabe-se que o Brasil encerrou os anos de 1970 com uma estrutura industrial formada, que possibilitou a inclusão do país na lista de nações industrializadas do mundo. A pauta de exportações brasileira apresentava as mercadorias manufaturadas como o principal segmento e a economia do país já não apresentava-se tão dependente das variações dos preços internacionais dos produtos básicos.

Entretanto, a década da economia brasileira de 1980, considerada como a “década perdida”, devido à crise da dívida externa, registrou uma queda nos investimentos, tanto os privados quanto os públicos, que se refletiram principalmente na queda do crescimento da indústria de transformação, fato este com repercussões no cenário econômico futuro do Brasil. Como compensação na diminuição do dinamismo industrial, todos os segmentos do setor primário geraram saldos expressivos nas relações comerciais com o exterior neste período, com destaque para dois segmentos, para as áreas da agropecuária e o beneficiamento de produtos vegetais.

A indústria apresentou um crescimento pequeno durante a década, destacando-se somente a indústria extrativa mineral, que devido a produção de petróleo e exportação de minérios, manteve o crescimento dos anos 1970. A indústria de transformação passou por um período de estagnação, chegando ao ano de 1989 com produção apenas 8,5% superior à de 1980. Dos setores com coeficiente exportador significativo durante o período – acima de 10% – estavam somente a metalúrgica e, em menor escala, celulose, papel e papelão, ambos classificados como bens intermediários, os quais receberam elevados investimentos durante o II PND. Os setores que merecem destaque foi a consolidação da inserção externa no gênero de material de transporte através do mercado regional do Cone Sul e o segmento da mecânica, que se utilizou do elevado grau de ociosidade para manter suas exportações (CARNEIRO, 2002).

A década de 1990 não foi um período favorável para o comércio externo brasileiro. Em 1990, as vendas externas atingiram US\$ 31,4 bilhões, valor 8,6% menor que o registrado no ano anterior, em contrapartida as exportações mundiais cresceram 13,9%, demonstrando assim, o mau desempenho das exportações brasileiras. Os anos seguintes registram uma recuperação do comércio externo, sendo que o ano de 1994 alcança o valor de exportações de US\$ 43,5 bilhões, com crescimento de 38,5% em relação a 1990, taxa superior em 15 pontos à registrada pelas exportações mundiais (IPEA, 2001).

Na segunda metade dos anos 1990 ocorre uma inversão da trajetória das exportações brasileiras, apresentando um déficit na balança comercial, nos anos de 1995 a 2000. Este cenário adverso ao comércio externo brasileiro foi resultado da abertura econômica da economia implantada pelo governo vigente. A implantação do Plano Real, o congelamento da taxa de câmbio e a liberalização de capitais, geraram um aquecimento na demanda doméstica, aumentando assim a importação de mercadorias. E a valorização da moeda nacional e as sucessivas crises externas, como a Crise no México em 1992 e dos Países Asiáticos em 1997, prejudicaram as exportações.

Reinaldo Gonçalves (2003) descreve que a abertura econômica brasileira ocorrida no país nos anos 1990, possuía duas funções: a primeira, de natureza social, pois possibilitava o aumento do bem-estar social da elite econômica brasileira, através do maior acesso a bens, serviços e capital com origem no exterior e da possibilidade dos grandes empresários brasileiros captarem recursos financeiros no exterior em condições mais favoráveis do que os financiamentos internos; a segunda função, de natureza econômica, era a abertura do mercado brasileiro, que possibilitava, através da competição entre as mercadorias importadas e a produção interna, uma regulação do nível geral de preços, combatendo assim as altas taxas de inflação.

O processo de liberação econômica foi um dos responsáveis pelas instabilidades e uma crise profunda no período de 1995 a 2002 sofridas pelo país. Os mecanismos adotados para alcançar a estabilidade econômica geravam pressões sobre a taxa de câmbio e proporcionaram um desempenho medíocre da economia, com taxas baixas e decrescentes de crescimento econômico, desemprego e uma balança comercial deficitária.

Desta forma, Gonçalves (2003, p. 95) conclui que:

A abertura econômica provocou um gravíssimo problema de vulnerabilidade externa. [...] A evidência é conclusiva: o grau de penetração das importações praticamente duplicou no conjunto da indústria entre 1994 e 2001. O coeficiente médio de importação da indústria brasileira aumentou de 4,1%, em 1991 para 7,7% em 1994, e 13,3% em 2001. [...] Ao mesmo tempo, as exportações brasileiras

perdiam competitividade internacional. A participação média do Brasil no mercado internacional de produtos manufaturados reduziu-se de 0,76% em 1990-94 para 0,68 em 1995-99.

Esta queda na participação dos manufaturados brasileiros no comércio internacional é proveniente de problemas oriundos do lado da oferta, devido ao mau desempenho do mercado interno, do baixo nível de investimentos e da paralisia dos setores voltados para a inovação tecnológica (GONÇALVES, 2003).

A partir da política adotada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, resumido no lema “exportar ou morrer”, o governo guiou a economia brasileira, como forma de cobrir o déficit das contas externas, a uma volta ao comércio exportador primário, principalmente pela falta de competitividade da indústria brasileira. Desta maneira, no final dos anos 1990, verificou-se uma elevação de exportações de produtos primários, que só não ultrapassaram as manufaturas na pauta de exportações brasileira, devido ao baixo preço das *commodities* vigente no período no mercado internacional.

Portanto, a partir dos dados da tabela abaixo, que relacionada a pauta de exportações brasileira por fator agregado, pode-se verificar que os anos de 1980 e 1990, se efetivou o esforço brasileiro dos períodos anteriores para diversificar a pauta e ampliar as exportações de mercadorias manufaturadas, apresentando a maior participação de manufaturados no ano 2000.

Tabela 2 – Exportações Brasileiras por fator agregado – 1980 a 2000

	Básicos	Semimanufaturas	Manufaturas
1980	42,2	11,7	44,8
1981	38,3	9,1	51,0
1982	40,8	7,1	50,8
1983	39,0	8,1	51,5
1984	32,2	10,6	56,0
1985	33,3	10,8	54,9
1986	32,6	11,1	55,5
1987	30,6	12,1	56,6
1988	27,9	14,5	56,8
1989	27,8	16,9	54,2
1990	27,8	16,3	54,2
1991	27,6	14,8	56,2
1992	24,7	16,4	58,0
1993	24,3	14,1	60,8
1994	25,4	15,8	57,3
1995	23,6	19,7	55,0
1996	24,9	18,0	55,3
1997	27,3	16,0	55,1
1998	25,4	15,9	57,5
1999	24,6	16,6	56,9
2000	22,8	15,4	59,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Secretaria do Comércio Exterior – SECEX

Depto de Desenvolvimento e Planejamento de Comércio Exterior – DEPLA

Notas: Participação em percentual sobre o total geral

Entretanto, devido à falta de uma continuidade das políticas industriais, juntamente com o decréscimo de investimentos nas áreas de pesquisa e tecnologia e principalmente devido à abertura econômica para o mercado mundial sem proteções ao mercado interno, o setor industrial brasileiro perdeu competitividade nos anos 1990 e nos anos 2000 cede espaço novamente a exportação de produtos primários.

O período que se inicia em 2000 se mostra mais favorável ao comércio externo, em termos de volume e valor das exportações. Os anos de 2003, 2004 e 2005 contam com uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável, sendo que no ano de 2004, as exportações brasileiras atingem US\$ 96,5 bilhões, mais que o dobro de 1999, contra o crescimento de 60,1% das exportações mundiais (MDIC, 2004). Entretanto, deste volume exportado 78% foram gerados pela venda de produtos de baixa e média intensidade tecnológica, ou seja, *commodities*, alimentos, têxtil, vestuário, entre outros e somente 22,1% vieram de produtos de alta e média alta tecnologia, como aviões, químicos, automóveis, bens de capital e telecomunicações, entre outros (REHDER, 2005).

Estes dados confirmam a tendência descrita anteriormente da reversão da pauta de exportações brasileira de manufaturas para produtos primários, visto que de 2005 a 2009, a participação das *commodities* nas exportações do país cresceu em um ritmo médio de 6% ao ano e no ano de 2009, enquanto as vendas ao exterior caíram em 30%, devido à crise financeira internacional, a fatia dos produtos básicos cresceu de 44,8% para 50,2% (SECEX *apud* CARTA CAPITAL, 2010).

Outros dados que confirmam esta tendência estão contidos na tabela abaixo.

Tabela 3 – Exportações Brasileiras - % por segmentos – 2000 a 2008

SEGMENTOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Petróleo	1,6	3,6	4,8	5,2	4,6	5,9	7,7	8,3	9,4
Matérias-Primas	10,2	8,6	8,8	8,6	9,0	10,0	11,5	11,8	12,8
Produtos Florestais	7,3	6,3	6,3	6,7	6,2	5,4	5,2	5,0	4,3
Agricultura Tropical	9,3	9,6	9,3	8,7	7,7	8,4	9,4	8,5	7,5
Produtos Animais	4,4	5,8	6,3	6,7	7,3	7,7	7,0	7,8	8,2
Cereais, etc	10,4	12,9	12,9	14,2	13,9	10,6	9,4	10,8	12,6
Intensivo em Trabalho	8,8	9,4	8,9	7,9	7,4	7,2	6,9	6,5	6,3
Intensivo em Capital	12,2	10,8	11,8	12,3	12,3	12,3	11,5	11,0	10,9
Maquinaria Eletro-Eletrônica	6,0	5,8	5,1	4,4	3,6	4,6	4,4	3,5	2,9
Maq. - Veículos Rodoviários	8,0	7,4	7,1	7,8	8,2	9,3	8,6	7,9	7,0
Maq. - Outros transportes	6,6	6,2	4,6	2,9	4,9	3,2	2,7	3,8	3,9
Maquinaria- Demais	8,4	8,1	8,1	8,6	9,0	9,2	8,9	8,3	7,7
Química	6,6	5,5	6,0	6,0	6,0	6,2	6,7	6,7	6,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados de relatórios de 2000 a 2008 do IEDI.

Os dados demonstrados na tabela confirmam o crescimento da exportação de mercadorias primárias, como o petróleo, produtos animais e principalmente as matérias-primas e cereais, nos anos de 2000 a 2008, em contraposição as mercadorias industrializadas, como os segmentos de maquinaria eletro-eletrônica e de transporte, que apresentam uma queda significativa, na participação total das exportações brasileiras nestes anos. Estes dados relacionados acima são retirados de relatórios do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) anuais.

Até o presente momento o relatório do ano de 2009 não foi divulgado, mas pode-se afirmar que a tendência do aumento da participação de produtos primários e queda de bens industrializados se mantém, como demonstra a tabela abaixo, na qual consta a participação nas exportações por fator agregado no período de 2000 a 2009, onde verifica-se que na década de 2000, as mercadorias básicas ganharam participação e as manufaturas diminuíram sua participação.

Tabela 4 – Exportações Brasileiras por fator agregado – 2000 a 2009

	Básicos	Semimanufaturas	Manufaturas
2000	22,8	15,4	59,0
2001	26,4	14,2	56,5
2002	28,1	14,9	54,7
2003	29,0	15,0	54,3
2004	29,6	13,9	54,9
2005	29,3	13,5	55,1
2006	29,2	14,2	54,4
2007	32,1	13,6	52,3
2008	36,9	13,7	46,8
2009	40,5	13,4	44,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Secretaria do Comércio Exterior – SECEX

Depto de Desenvolvimento e Planejamento de Comércio Exterior – DEPLA

Notas: Participação em percentual sobre o total geral

No ano de 2010, a tendência se mantém, sendo que nas exportações acumuladas de janeiro a setembro deste ano, a participação dos básicos representa 44,7% e das mercadorias manufaturadas 39,5% (MDIC, 2010). Grande parte deste bom desempenho dos produtos básicos brasileiros no mercado mundial se deve aos preços valorizados das commodities, em compensação as manufaturas brasileiras sofrem com a valorização do real frente ao dólar, que eleva o preço dessas mercadorias no mercado externo. Estes dois fenômenos, valorização dos preços das commodities e valorização do real, persistem em boa parte da década de 2000 e desta forma, são variáveis condicionantes da inversão da pauta de exportação brasileira.

Este cenário atual do comércio externo do país tem proporcionado um grande debate entre estudiosos da área, instigando as discussões sobre as vantagens e desvantagens para o país de se tornar um grande fornecedor de produtos primários.

No dia 29 de março de 2000 ocorreu o seminário “Produção de Commodities e Desenvolvimento – O esforço empresarial brasileiro”, organizado pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), no qual se reuniram acadêmicos, executivos do setor privado e representantes do governo. Neste seminário, estes estudiosos concluem que o Brasil é mais do que um grande celeiro, pois o “país caminha para se consolidar como grande fornecedor mundial não só de grãos, mas também de carne, açúcar, minério de ferro, petróleo e uma série de outros bens de largo consumo e cujos preços são cotados internacionalmente – as chamadas commodities” (SIQUEIRA, 2010, p. 66). Os resultados do encontro foram a defesa de maior participação do setor primário da economia, pois está não apresenta mais uma ameaça a industrialização e diversificação de atividades. “A experiência mostra que a

exploração dos recursos naturais, por si só, não garante o desenvolvimento. Mas, sem recursos naturais, o desenvolvimento torna-se penoso” (LAPLANE *apud* SIQUEIRA, 2010, p. 66).

Outro aspecto verificado pelo presidente da Companhia Vale, Roger Agnelli, neste seminário é que a exploração dos produtos primários se tornou sofisticada nos últimos tempos, pois as dificuldades encontradas para o plantio da soja em áreas isoladas do país, a prospecção de petróleo em águas profundas e a descoberta de jazidas minerais, dependem de tecnologias avançadas, estimulando atividades em outras áreas da economia. Desta forma, este mesmo executivo destaca que “uma discussão sobre reduzir o papel dos produtos básicos na economia é estéril. A vocação do Brasil é ser o maior país agrícola, o maior minerador e o maior produtor de petróleo. Somos bons no que conseguimos naturalmente nos tornar bons” (AGNELLI *apud* SIQUEIRA, 2010, p. 68).

Estes estudiosos também concluem que o Brasil se beneficia de alguns fatores, tais como a boa conjuntura dos bens primários no comércio internacional, com crescimento da participação de alimentos, minério e petróleo e acompanhados pelo crescimento dos preços; demanda crescente dos países asiáticos com possibilidades por parte desses países de financiamentos em infraestrutura, maquinaria e até mesmo mão-de-obra na economia primária brasileira e a alteração dos termos de troca beneficiando os fornecedores de bens primários, devido a grande demanda por insumos no mercado mundial e a grande oferta de bens industrializados do Oriente.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Maria Conceição Tavares, faz algumas observações sobre o papel do Brasil na DIT. Para a economista, com a ascensão da China e a sua crescente demanda por produtos primários, a DIT se alterou, apresentando uma demanda crescente dos bens primários e relações de troca favoráveis para o Brasil. Tavares também destaca a sua não preocupação quanto ao pouco emprego de mão-de-obra no setor primário, pois para ela o setor responsável pelo maior número de postos de trabalho é o setor terciário, e que o problema do desemprego do Brasil não é devido a expansão do agronegócio e demais atividades primárias e sim devido a miséria do país (ANTUNES, 2010).

Aliado a estas posições otimistas anteriormente descritas, Emir Sader descreve que “o Brasil mudou seu lugar no mundo”, devido a política do governo atual que privilegia alianças com os países latino-americanos e asiáticos, em especial a China, possibilitando ao país ter uma reinserção diferenciada no comércio internacional e proporcionando a economia brasileira resistir melhor a crise financeira mundial (SADER, 2010, p. 20).

Por sua vez, em sentido contrário, Nildo Ouriques defende que “a suposta ‘nova posição’ do Brasil no mundo é produto do aprofundamento da dependência e do

subdesenvolvimento, a característica principal da nossa formação social” (OURIQUES, 2010). Para este autor, a última onda expansiva da economia mundial, na qual determinou um papel dos países como o Brasil no sistema capitalista é a efetivação do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK, 1973).

Os anos 2000 foram marcados por melhoras da expansão da acumulação capitalista. Os baixos salários, a desorientação sindical, a abertura das economias nacionais, proporcionava ao capital acesso em grande escala de matérias-primas. Estas condições permaneceram até a ocorrência da crise de setembro de 2008. Entretanto a demanda por bens primários manteve-se, devido principalmente ao grau de urbanização da sociedade capitalista mundial, a recuperação acelerada das empresas multinacionais e o crescimento constante de países como a China e a Índia. Sendo assim, estas variáveis sustentaram as exportações brasileiras de produtos primários.

Em contrapartida o processo de industrialização sofreu restrições, gerando um fenômeno chamado por alguns setores da imprensa de “desindustrialização”. Para Ouriques, este fenômeno não é resultado somente de erros de política econômica, mas também é produto do protecionismo dos países centrais, da força da revolução científica-técnica e da elevação dos preços das matérias-primas e produtos agrícolas (OURIQUES, 2010).

Para Nildo Ouriques, a política externa do Governo Lula, através do seu protagonismo diplomático em países como o Haiti, Honduras e integração econômica latino-americana, beneficia iniciativas de empresas brasileiras que exploram essas oportunidades reforçando a posição do Brasil na DIT. Não se trata de uma “nova posição do Brasil no mundo”, pois as características de subdesenvolvimento são mantidas, este avanço da política externa está ancorado na expansão da fronteira agrícola com sucessivos desastres ambientais, crescente endividamento estatal e hegemonia do capital financeiro. Desta forma, o Brasil continua sendo um exportador de matérias-primas para as empresas multinacionais dos países metropolitanos, os quais utilizam-se dessas matérias-primas para elevarem ainda mais sua taxa de lucro (OURIQUES, 2010).

O Instituto de Estudos em Desenvolvimento Industrial (IEDI) apresenta em seus relatórios anuais, da década de 2000, a preocupação com a queda das exportações de bens industrializados. Esta situação se torna ainda mais preocupante no ano de 2010, como demonstrado a seguir em trecho de reportagem retirado do *site* do IEDI:

O déficit comercial da indústria brasileira chegou aonde nunca esteve: o segmento de média-baixa tecnologia. Esse setor, que sempre apresentou superávits e chegou a atingir saldo de US\$ 8 bilhões nos primeiros três trimestres de 2006, registra neste ano um déficit de US\$ 6,3 bilhões até setembro. É o primeiro saldo negativo do

segmento e representa uma reversão de quase US\$ 11 bilhões em apenas dois anos, pois em 2008 o setor teve superávit de US\$ 4,6 bilhões no acumulado até setembro. Um passo à frente na escala de valor agregado, as fábricas de bens de média-alta tecnologia apresentaram o maior rombo entre os segmentos industriais: déficit de US\$ 28,1 bilhões - 20% mais que em igual período de 2008, então o pior resultado do setor (VILLAVERDE, 2010, p. 1).

Em outros trabalhos o IEDI já chamou atenção para a necessidade de conferir à pauta de exportação brasileira uma maior aproximação com os mercados de maior conteúdo tecnológico por meio de uma política estruturada de comércio exterior. Porém, como observado pelo Instituto, os resultados demonstram a falta dessas políticas (IEDI, 2007).

O mais preocupante neste cenário é a diminuição gradativa do número de pessoas ocupadas no setor agrícola. No ano de 1992, das pessoas com 10 anos ou mais de idade, 28,4% estavam empregadas no setor agrícola; no ano de 2001 as pessoas ocupadas na agricultura representavam somente 20,9% e no ano de 2007 este índice passou para 17,5% (IBGE). Estes números demonstram os reflexos do agronegócio sobre o nível de emprego na agricultura. A estrutura fundiária vigente no Brasil, na qual predominam grandes proprietários de terras, representados por grandes empresas, muitas delas multinacionais, cuja produção está cada vez mais ancorada em tecnologias que substituem a mão-de-obra dos trabalhadores, fazem com que a força-de-trabalho necessária para a produção diminua progressivamente. As grandes plantações de soja, milho, café, laranja, entre outros produtos primários, assim como as grandes jazidas de minério-de-ferro e outros minerais e a extração do petróleo, demandam um pequeno número de trabalhadores.

Em um país como o Brasil com aproximadamente uma população economicamente ativa – PEA (pessoas ocupadas e desocupadas) de 100.600 milhões¹², dentre os quais aproximadamente 6.200 milhões¹³ estão desempregados, possuir uma economia voltada para o comércio externo de produtos primários, atividade esta que emprega cada vez menos pessoas só aprofunda o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Além do desemprego, fruto deste novo modelo agrícola vigente, este novo modelo ancorado em grandes latifúndios, na mão de poucos e grandes proprietários, faz com que a distribuição de renda deste setor seja mais restrita, refletindo assim negativamente nas desigualdades de renda da sociedade brasileira.

¹² Dado de 2008, retirado de relatório do Ministério do Trabalho, da página da internet <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4651.html>.

¹³ Dado calculado a partir da taxa de desocupação de 6,2% em setembro de 2010, retirado da página do IBGE, do relatório “Pesquisa Mensal de Emprego, Setembro de 2010” http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201009pubCompleta.pdf

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho era verificar como as características históricas do processo de formação sócio-econômico brasileiro impõem ao país uma condição de subdesenvolvimento e dependência, sendo que esta se reflete ao longo da história através do papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho.

Por meio do resgate histórico realizado dos diversos ciclos econômicos brasileiros, refazendo uma trajetória que se inicia na extração do pau-brasil, passando pela industrialização do país e chegando ao cenário atual da economia brasileira e ancorado nas diretrizes teóricas da Teoria Marxista da Dependência, pode-se observar a posição da economia brasileira no comércio capitalista.

No período colonial destacaram-se as culturas da extração do pau-brasil, o cultivo da cana-de-açúcar, a exploração do ouro e demais metais-preciosos e as plantações de café. A herança de dominação das metrópoles portuguesa e inglesa, a forte ligação com o mercado externo e principalmente a superexploração dos trabalhadores, foram as características condicionantes, que tornaram possível a produção em larga escala dos produtos brasileiros e que determinaram o papel do país como fornecedor de matérias-primas e metais preciosos na DIT.

No processo de industrialização da economia brasileira, as características históricas que moldaram o subdesenvolvimento brasileiro no período colonial prevalecem. A superexploração dos trabalhadores continua sendo a forma encontrada pela burguesia industrial de auferir lucros e efetivar o crescimento da industrialização. Contudo, pode-se concluir que esse por meio da Política de Substituição de Importações e auxiliada pela Política de Substituição de Exportações proporcionou ao país uma nova posição na DIT. Com este novo papel, competia a indústria brasileira etapas inferiores da produção industrial, como a produção de semimanufaturas e manufaturas, ressaltando-se, porém, que a tecnologia continuava representando o papel dos países desenvolvidos na DIT.

Posterior ao grande esforço da sociedade brasileira para o desenvolvimento da indústria nacional, os anos de 1980 e 1990 foram marcados por fraco crescimento econômico e queda nos investimentos no setor industrial. Este cenário fez com que nos anos 2000, ocorresse uma reversão na pauta de exportações brasileira, em que se verifica a queda nas exportações de bens industrializados e aumento nas exportações de bens primários. Somados

aos retrocessos citados acima, esta reversão teve como causas a valorização da moeda nacional, prejudicando assim as exportações de manufaturas e a supervalorização dos preços das *commodities*, beneficiando a exportação de produtos primários, fatos esses predominantes na conjuntura econômica do país na década de 2000.

Para muitos estudiosos, este cenário representa uma “nova posição do Brasil no mundo”, entretanto as características de subdesenvolvimento são mantidas. Este crescimento do comércio externo de produtos primários está ancorado na expansão da fronteira agrícola, com sucessivos desastres ambientais, crescente endividamento estatal e hegemonia do capital financeiro. Desta forma, o Brasil continua sendo um exportador de matérias-primas para as empresas multinacionais dos países metropolitanos, os quais utilizam-se dessas matérias-primas para elevarem ainda mais sua taxa de lucro (OURIQUES, 2010).

Este novo modelo da economia exportadora do país, tendo como base o agronegócio e as grandes multinacionais, faz com que na distribuição de renda deste setor seja extremamente restrita, refletindo assim negativamente nas desigualdades de renda da sociedade brasileira. E talvez o resultado mais negativo da economia exportadora vigente é o pequeno número de trabalhadores que as atividades primárias demandam. Em um país como o Brasil, com um número elevado de desempregados e uma população em constante crescimento, ter como atividade prioritária da economia exportadora a produção de bens primários, faz retroceder o esforço de toda a sociedade para melhorar a qualidade de vida e as desigualdades de renda da população brasileira.

Portanto, o papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho reflete a condição de subdesenvolvimento e dependência de nossa economia perante os países dominantes. Novamente o Brasil, de maneira predominante, se encontra como fornecedor de produtos primários para o abastecimento de outros países e historicamente desenvolve o seu subdesenvolvimento, mesmo com alterações em sua pauta de exportações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Cláudia. "**Não tem mais centro e periferia**", afirma Maria da Conceição. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-afirma-maria-da-conceicao.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2010.

BAGU, Sergio. **Economia de La Sociedad Colonial**. Miguel Hidalgo, México, D.F: Grijalbo, 1992.

BUKHARIN, Nikolai I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. **Dependencia Y Relaciones Internacionales**. 2 ed. San José: EDUCA, 1982.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no ultimo quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8º. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FRANK, A. G. **Acumulação Mundial 1492-1789**. RJ: Zahar, 1977.

_____. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (org.) **Urbanização e subdesenvolvimento**. RJ: Zahar, 1973, pp.25-38.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. **A herança e a ruptura: Cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 91 a 110.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego: Setembro de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201009pubCompleta.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2010.

IEDI (Brasil). **O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO EM 2005**. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20060303_comex.pdf>. Acesso em: 29 set. 2010.

_____. **O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO EM 2006**. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20070330_comex.pdf>. Acesso em: 29 set. 2010.

_____. **O COMÉRCIO EXTERIOR EM 2007**. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080523_comex.pdf>. Acesso em: 29 set. 2010.

_____. **OS RESULTADOS DE 2008 E OS PRIMEIROS IMPACTOS DA CRISE SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/2009330_comex2008.pdf>. Acesso em: 29 set. 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. Ed. SP: Expressão Popular, 2007.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 2v.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. RJ: Paz e Terra, 1976.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. – (Os economistas).

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **La dialéctica Del desarrollo capitalista em Brasil (1966)**

_____. **Subdesarrollo y revolución**. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/073_subdesarrollo_prefacio_es.htm>. Acesso em: 06 nov. 2010.

OURIQUES, Nildo. **O lugar do Brasil no mundo**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4750>. Acesso em: 07 out. 2010.

PRADO J., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

REHDER, Marcelo. **IEDI na Imprensa - Pauta de Exportações do País é**

Pobre. Disponível em:

<<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?1=15&3=254&2=163&infoid=964&sid=77&4=205>>. Acesso em: 14 fev. 2005.

SADER, Emir. A Reinserção do Brasil no mundo. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 159, p.20, jun. 2010. Mensal.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SIQUEIRA, André. **Somos mais do que um grande celeiro.** **Carta Capital**, São Paulo, n. 590, p. 64 -71, 07 abr. 2010. Semanal.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As Razões da Independência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre a Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TRABALHO, Ministério do. **Brasil: População residente, população economicamente ativa (PEA), produto interno bruto (PIB) e fator de conversão para paridade do poder de compra (PPC), 1990-2008.** Disponível em:

<<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4651.html>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão.** RJ: Americana, 1975.

VILLAVERDE, João. **Déficit da Indústria Chega ao Setor de Média Tecnologia.** Disponível em:

<<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=iedi&sid=83&infoid=4754>>. Acesso em: 25 out. 2010.